

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO E PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC



Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão

1º trimestre de 2010

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão

Ind. Conj. Econ. MA	São Luís	v.3	n.1	p. 1 - 51	jan./mar. 2010
---------------------	----------	-----	-----	-----------	----------------

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Fábio Gondim

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

PRESIDENTE

Fernando José Pinto Barreto

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Sadick Nahuz Neto

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO

Josiel Ribeiro Ferreira

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Tetsuo Tsuji

CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

Carlos Januário Vargas de Sousa e de Oliveira

COORDENAÇÃO

Felipe de Holanda

ELABORAÇÃO

Felipe de Holanda

Talita de Sousa Nascimento

Leilivânia Lima e Silva

EDITORAÇÃO

Talita de Sousa Nascimento

APOIO TÉCNICO

Dionatan Carvalho

REVISÃO

Josélia Moraes de Sousa

NORMALIZAÇÃO

Virgínia Bittencourt Tavares da Costa Neves

Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão/Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográficos.

V. 1, N.1 (jan./jun. 2008) - São Luís: IMESC, 2008 -

Trimestral

Anterior a 2009 editado com periodicidade semestral

1. Economia–Maranhão– Periódico. I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográficos.

CDU 33 (812. 1) (05)

APRESENTAÇÃO

Tenho grande satisfação em apresentar ao público este número do **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão** que reúne análises e informações sobre o desenvolvimento recente dos diversos setores e atividades que compõem a economia maranhense. Trata-se da materialização dos esforços de uma das linhas de pesquisa do IMESC, instituição que vem realizando um importante trabalho no sentido de reunir, sistematizar e analisar informações sobre a realidade maranhense.

Este volume apresenta uma revisão do desempenho econômico do Estado do Maranhão no primeiro trimestre de 2010, tendo como pano de fundo inicial uma breve análise sobre os desdobramentos da crise financeira internacional, ainda marcada por elevado grau de incerteza, em contraste com os indicadores de rápida retomada no nível de atividades no plano nacional. Neste plano, o crescimento da utilização da capacidade instalada em vários segmentos da economia teve como contrapartida no período recente o surgimento de pressões inflacionárias e também de desequilíbrios externos, que deverão ensejar correções nas taxas de juros e oscilações na taxa de câmbio nos próximos meses.

No que se refere à economia maranhense, este volume oferece aos leitores um abrangente conjunto de estatísticas e análises, a partir de quatro temas principais. Na seção **nível de atividades** avaliam-se os indicadores da safra maranhense 2009/2010, a demanda de energia, o financiamento imobiliário, o desempenho do comércio e as boas perspectivas relacionadas aos novos investimentos em andamento no Estado.

A seção **mercado de trabalho** avalia os números recordes de geração de empregos em várias regiões do Estado no primeiro trimestre de 2010, analisando, a partir de sua composição setorial, os segmentos líderes na retomada do crescimento econômico no Estado. A seção **comércio exterior** faz uma radiografia das mudanças recentes na pauta de exportações e de importações do Estado, analisando também a vulnerabilidade das mesmas à mudança dos preços de *commodities* no mercado internacional. Por fim, na seção **finanças públicas** são avaliados os indicadores recentes de receitas, despesas e endividamento nas esferas estadual e municipal.

Neste sentido, este número do **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão** constitui-se em uma importante ferramenta para subsidiar o planejamento público e privado, assim como para abrir espaço para o debate qualificado a respeito dos principais desafios e oportunidades que o acelerado ritmo de mudanças produtivas vem criando no Estado em período recente.

Fábio Gondim

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Utilização da Capacidade Instalada Industrial – Geral e por Categoria de Uso (Dez07 a Mar10, em %)	13
GRÁFICO 2 - Evolução do IPCA – Mar05 a Mar10 (acum. de 12 meses, em % a.a.)	14
GRÁFICO 3 - Evolução do IGP-DI e seus Componentes Mar05 a Mar10 (acum. 12 meses, % a.a.)	15
GRÁFICO 4 - Evolução da Taxa de Desemprego Aberto no Brasil entre Mar05 e Mar10	15
GRÁFICO 5 - Dívida Líquida do Setor Público Jan/00 a Fev/10 (em % do PIB)	17
GRÁFICO 6 – Composição das Exportações Maranhenses - 2004 a 2009	21
GRÁFICO 7 – Preço Médio Anual dos Principais Produtos Exportados pelo Maranhão (US\$ / Kg)	24
GRÁFICO 8 – Geração de Postos de Trabalho Formais no Estado do Maranhão – 2007/2010	25
GRÁFICO 9 - Investimentos em Andamentos e Planejados no Estado do Maranhão (2010 - 2016) – Em % do Total	26
GRÁFICO 10 - Composição da Área Plantada no Maranhão por Principais Culturas (Safras 2008/09 e 2009/10)	28
GRÁFICO 11 - Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (Valores em R\$ Mil – INPC Base = Fev10)	30
GRÁFICO 12 – Evolução do Volume de Vendas do Comércio – Dessaz. BR e MA – Mar/03 a Mar/10 (Índice 2003=100)	32
GRÁFICO 13 – Cheques sem Fundos MA, NE e BR (em % do Total – Mar/08 a Mar/10)	33
GRÁFICO 14 – PIB do Estado do Maranhão a Preços de Mercado Correntes (Série 2002 – 2007 e Projeções)	36
GRÁFICO 15 – Taxa de Crescimento PIB-MA Nova Metodologia X Projeção (% a.a.)	37
GRÁFICO 16 – Geração de Postos de Trabalho Formais no Estado do Maranhão – 2007/2010	38
GRÁFICO 17 – Massa de Rendimentos Anuais no Estado do Maranhão (em R\$ Milhões, a preços de 2009*)	41
GRÁFICO 18 – Balança Comercial do Maranhão (em US\$ Milhões)	41
GRÁFICO 19 – Importação de Bens de Capital – 2000 a 2010* (em US\$ Mil)	44
GRÁFICO 20 – Arrecadação de ICMS no Maranhão – Mar03 a Mar10 (Taxa de Crescimento Real Acumulada em 12 meses Inflacionada pelo INPC, em % ao ano)	45
GRÁFICO 21 – Composição Setorial da Arrecadação do ICMS no Estado do Maranhão Abr/09 a Mar/10 (em R\$ Mil – Valores Inflacionados pelo INPC – e em %)	46
GRÁFICO 22 – Investimentos e Serviços da Dívida como % das Despesas Totais – Governo do Estado do Maranhão – 2004 a 2009	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Previsões do World Economic Outlook (FMI) para a Taxa de Crescimento do PIB das Principais Economias (em % a.a.).....	11
TABELA 2 – Evolução do PIB Brasil por Categoria de Despesa (Média de 4 tri Sobre 4 tri Anteriores, em %).....	12
TABELA 3 – Evolução da Produção Física Industrial – Brasil, Jan a Mar10 por Tipo de Índice e Categorias de Uso (%).....	13
TABELA 4 - Evolução do IPCA e de seus Componentes entre Jan a Março de 2010 e Diferencial Sobre o Mesmo Período do ano Anterior (% ao mês).....	14
TABELA 5 – Evolução do IGP-DI e de seus Componentes entre Jan a Mar de 2010 e Diferencial Sobre Mesmo Período do Ano Anterior (% ao mês).....	15
TABELA 6 – Comportamento do Mercado de Trabalho no Brasil no 1º Trimestre de 2010 em Relação ao Primeiro Trimestre de 2009 e de 2008, Segundo Subsetores de Atividade (%).....	16
TABELA 7 – Resultado Primário do Governo Central (em R\$ Milhões, a Preços de Fevereiro de 2010*).....	17
TABELA 8 - Balanço de Pagamentos Brasileiro 2005 a 2010 (US\$ Milhões).....	18
TABELA 9 – Projeções e Tendências para a Economia Brasileira 2010 e 2011.....	19
TABELA 10 – Composição e Contribuição Setorial para o Crescimento do Valor Adicionado na Economia Maranhense entre 2002 e 2007 (% ao Ano e % do Total).....	20
TABELA 11 – Evolução da PEA, População Ocupada, População Desempregada e da Taxa de Ocupação no Estado do Maranhão entre 2002 e 2008 (Pessoas e % a.a.).....	22
TABELA 12 – Evolução da População Ocupada no Estado do Maranhão Segundo o Total, Setores e Grupos de Atividades (em Mil Pessoas e % a.a.).....	22
TABELA 13 – Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Primárias, Secund. e Terc. no MA em 2008 e 2009 e no 1º trimestre de 2009 e 2010 (Valores em GWh) e Taxa de Crescimento (em %)	24
TABELA 14 – Estimativa de Área Plantada, Colhida, Produção e Rendimento Médio do Maranhão e Produção Total Brasileira – 2009, Mar e Abr/2010.....	27
TABELA 15 – Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Primárias e Secundárias no Estado do Maranhão 2007 a 2010* (Valores em GWh).....	29
TABELA 16 – Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Terciárias no Estado do Maranhão de 2007 a 2010* (Valores em GWh).....	30
TABELA 17 - Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (Valores Constantes em R\$ Milhões Inflacionados pelo INPC).....	31
TABELA 18 – Consumo Aparente de Cimento MA, NE e BR (em Mil Ton.).....	31
TABELA 19 - Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista Dessaz. MA e BR (Número Índice 2003=100).....	32
TABELA 20 – Cheques Devolvidos sem Fundos no Maranhão.....	33
TABELA 21 – Constituição e Extinção de Empresas no Maranhão de 2000 a 2009 (Total e % em Relação ao Brasil).....	33
TABELA 22 – Constituição e Extinção de Empresas no Maranhão de 2000 a 2009 (Var %).....	34
TABELA 23 – Investimentos em Andamento e Planejados – Estado do Maranhão (2010-2016) – R\$ Mil.....	35

TABELA 24 – Valor Adicionado Bruto e Participação do VA por Setor – Maranhão (R\$ Milhões a Preços de 2007* e % Setorial).....	37
TABELA 25 – Evolução do Mercado de Trabalho Formal no Maranhão entre o 1º Trimestre de 2008 e o 1º Trimestre de 2010, Segundo Subsetores de Atividades.....	38
TABELA 26 – Mercado de Trabalho - 15 Maiores e 10 Menores Contratações Líquidas Segundo Subsetores de Atividade por Municípios Maranhenses, no 1º Trimestre de 2010.....	39
TABELA 27 – Maranhão – Evolução dos Indicadores do Mercado de Trabalho 2002 a 2008.....	40
TABELA 28 – Evolução da Corrente de Comércio Exterior do Estado do Maranhão.....	42
TABELA 29 – Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$) e Quantidade (Kg) - Total em Milhões e Participação no Total em %.....	42
TABELA 30 – Evolução dos Preços Médios das Principais <i>Commodities</i> de Exportação do Maranhão (US/Ton., 2001 a 2010).....	43
TABELA 31 – Composição da Pauta de Exportações Maranhenses por Destino de 2001 a 2010* (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %).....	43
TABELA 32 – Evolução da Pauta de Importações Maranhão 2007 a 2010* (Composição e Crescimento em US\$ Milhões e em %).....	44
TABELA 33 – Composição da Pauta de Importações do Maranhão por Origem de 2005 a 2010* (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %).....	45
TABELA 34 – Evolução da Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão 2004 a 2010 (R\$ Milhões, Inflacionados pelo IPCA acum. até Mar10 e em % a.a.).....	46
TABELA 35 – Evolução das Receitas do Estado do Maranhão de 2004 a 2010 (Valores em R\$ Mil Inflacionados pelo INPC acum. até Jan/10).....	47
TABELA 36 – Transferências Constitucionais para o Governo do Estado do Maranhão jan04 a mar10 (R\$ Mil).....	47
TABELA 37 – Governo do Estado do Maranhão – Evolução da Despesas por Categorias de Gastos (R\$ Milhões a Preços de Jan/10, Crescimento e % do Total).....	48
TABELA 38 – Evolução dos Indicadores da Dívida do Governo do Estado do Maranhão 2004 a 2009 (R\$ Mil e % da Receita Corrente Líquida).....	49
TABELA 39 – Receitas Próprias, Transferências Constitucionais Federais Selecionadas e Transferências Estaduais para os Municípios Maranhenses 2002 a 2009 (R\$ Mil a Preços de 2009).....	50
TABELA 40 – Transferências Constitucionais para os Municípios do Maranhão - jan04 a mar10 (R\$ Mil Inflacionados pelo INPC de Março de 2010).....	50
TABELA 41 – Abrangência do Programa Bolsa Família: Indicadores de Público-Alvo (2008-2010) e Benefícios Concedidos (Abril de 2010).....	51

SUMÁRIO

1 CENÁRIO MACROECONÔMICO NACIONAL E INTERNACIONAL	11
1.1 Cenário Internacional.....	11
1.2 Cenário Nacional	12
2 PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA MARANHENSE	20
2.1 Antecedentes: Fontes de Dinamismo da Economia Maranhense na Última Década	20
2.2 A Crise Externa Afetou a Economia Maranhense por Meio de Três Canais Principais	23
2.3 A Trajetória de Retomada Tornou-se Nítida no 2º Semestre de 2009 e vem Sendo Liderada pelos Segmentos de Construção Civil, Serviços e Comércio	23
2.4 Perspectivas	26
3 CONJUNTURA MARANHENSE EM DADOS	27
3.1 Nível de Atividades.....	27
3.1.1 Produção Agrícola	27
3.1.2 Consumo de Energia Elétrica	29
3.1.3 Construção Civil.....	30
3.1.4 Evolução das Vendas do Comércio	31
3.1.5 Inadimplência.....	32
3.1.6 Constituição e Extinção de Empresas	33
3.1.7 Investimentos.....	34
3.1.8 Produto Interno Bruto	35
3.2 Mercado de Trabalho	38
3.2.1 Empregos Formais (CAGED).....	38
3.2.2 Indicadores Gerais do Mercado de Trabalho Maranhense	40
3.3 Comércio Exterior.....	41
3.3.1 Balança Comercial.....	41
3.3.2 Exportações.....	42
3.3.3 Importações	44
3.4 Finanças Públicas.....	45
3.4.1 Receitas	45
3.4.2 Despesas	48
3.4.3 Receitas Municipais	49
3.4.4 Dados do Programa Bolsa Família no Maranhão.....	51

1 CENÁRIO MACROECONÔMICO NACIONAL E INTERNACIONAL

1.1 Cenário Internacional

As projeções para o desempenho da economia mundial divulgadas em janeiro de 2010 pelo FMI apontam para um crescimento de 3,9% da economia mundial neste ano, comparado à retração de 0,8% em 2009. As economias avançadas devem registrar em 2010 uma expansão de 2,0%, o que implica uma revisão de 0,8 ponto percentual acima das estimativas divulgadas em outubro de 2009 (**Tabela 1**). Ainda assim, trata-se de uma estimativa de crescimento modesta para os padrões históricos, em grande parte devido à permanência de altas taxas de desemprego e endividamento público, assim como o acúmulo de dívidas privadas, especialmente nos segmentos imobiliário e comercial. A elevada capacidade ociosa nos setores industriais e a demanda por consumo relativamente baixa nas economias avançadas são os fatores que explicam indicadores de inflação sob controle naquelas economias. A recuperação dos mercados de crédito, por sua vez, vem se dando de maneira desigual, com uma retomada acelerada das emissões de títulos corporativos (na qual as emissões brasileiras aparecem em destaque neste primeiro trimestre de 2010), ao passo que a concessão de crédito bancário aos segmentos privados permanece estagnada.

Os indicadores disponíveis apontam para uma sensível recuperação da economia norte americana (2,7% de crescimento em 2010) e do Japão (1,7%), enquanto que a zona do Euro continuará sofrendo com o acúmulo de dívidas públicas e privadas e as restrições do sistema EURO para a mobilização de políticas monetárias e fiscais mais eficazes contra o quadro recessivo. A Europa Ocidental é a única região em que a recessão se mostrou muito pior do que se previa em abril de 2008 e onde o nível da recuperação tem sido decepcionante até agora. Particularmente difícil é a situação da Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda e Itália (Piigs).

Tabela 1
Previsões do *World Economic Outlook* (FMI) para
a Taxa de Crescimento Anual do PIB das
Principais Economias

Países e Regiões Selecionados	ano a ano (%)					
	Projeções				Diferença de outubro de 2009	
	2008	2009	2010	2011	2010	2011
PIB Mundial	3.0	-0.8	3.9	4.3	0.8	0.1
Economias avançadas	0.5	-3.2	2.1	2.4	0.8	-0.1
Estados Unidos	0.4	-2.5	2.7	2.4	1.2	-0.4
Zona do Euro	0.6	-3.9	1.0	1.6	0.7	0.3
Alemanha	1.2	-4.8	1.5	1.9	1.2	0.4
França	0.3	-2.3	1.4	1.7	0.5	-0.1
Itália	-1.0	-4.8	1.0	1.3	0.8	0.6
Espanha	0.9	-3.6	-0.6	0.9	0.1	0.0
Japão	-1.2	-5.3	1.7	2.2	0.0	-0.2
Economias emergentes	6.1	2.1	6.0	6.3	0.9	0.2
Rússia	5.6	-9.0	3.6	3.4	2.1	0.4
China	9.6	8.7	10.0	9.7	1.0	0.0
Índia	7.3	5.6	7.7	7.8	1.3	0.5
Brasil	5.1	-0.4	4.7	3.7	1.2	0.2
México	1.3	-6.8	4.0	4.7	0.7	-0.2

Fonte: FMI World Economic Outlook, Janeiro 2010

As economias emergentes devem continuar liderando o processo de recuperação, particularmente a partir dos excelentes desempenhos da China e da Índia, para a qual contribuirão em grande parte os bons resultados dos chamados BRICs, em especial China (10% de expansão em 2010) e Índia (7,7%). Veremos a seguir que as previsões divulgadas pelo FMI para o desempenho da economia brasileira em 2010 e 2011 podem ser consideradas conservadoras diante das recentes evidências de retomada da atividade econômica no Brasil.

O risco maior da atual conjuntura internacional é que a esperada retração das políticas de suporte aos sistemas financeiros e à demanda doméstica nos países industrializados possa prejudicar o crescimento global e seu reequilíbrio. De um lado estão as crescentes preocupações sobre o agravamento da situação fiscal, de outro a necessidade de manter aquelas políticas, tendo em vista a fragilidade dos sistemas financeiros e o aumento do desemprego. Outro risco que traz crescente preocupação aos analistas e formuladores de políticas econômicas é a pressão que a escalada que se observa nos preços das *commodities* e outros ativos financeiros como reflexo da elevada liquidez nos mercados financeiros globais, um resultado das políticas monetárias e fiscais contracíclicas adotadas desde o início da crise.

Do ponto de vista da economia brasileira, dois aspectos são particularmente relevantes no que se refere à trajetória da economia mundial esperada para 2010 e 2011: a) evolução do comércio mundial, em especial a demanda por importações dos principais mercados de destino das exportações brasileiras e b) evolução da disponibilidade de crédito em suas várias modalidades para o financiamento do elevado déficit em transações correntes do Brasil.

1.2 Cenário Nacional

De acordo com os dados do IBGE a economia brasileira registrou uma contração de 0,2% em 2009. A contração das exportações (-10,3%) e dos investimentos (formação bruta de capital fixo, -9,9%) diante de uma economia mundial em recessão e com grandes incertezas nos mercados de crédito foi contrabalançada pelas políticas fiscais e monetária anticíclicas bem sucedidas, que garantiram a sustentação do consumo doméstico, a partir da expansão de 4,1% no consumo das famílias e de 3,7% no consumo governamental (**Tabela 2**).

Tabela 2
Evolução do PIB Brasil por Categoria de Despesa
(Média de 4 tri Sobre os 4 tri Anteriores, em %)

Ano	PIB a preços de mercado	Consumo das famílias	Consumo do Governo	Formação bruta de capital fixo	Expor- tações	Impor- tações
2000	4,3	4,0	-0,2	5,0	12,9	10,8
2001	1,3	0,7	2,7	0,4	10,0	1,5
2002	2,7	1,9	4,7	-5,2	7,4	-11,8
2003	1,1	-0,8	1,2	-4,6	10,4	-1,6
2004	5,7	3,8	4,1	9,1	15,3	13,3
2005	3,2	4,5	2,3	3,6	9,3	8,5
2006	3,8	4,6	2,8	10,0	4,7	18,3
2007	5,4	6,5	3,1	13,4	6,6	20,7
2008	5,1	5,4	5,7	13,8	-0,6	18,5
2009	-0,2	4,1	3,7	-9,9	-10,3	-11,4
Contra o Trimestre Anterior (com ajuste sazonal)						
1º Tr08	1,6	2,2	1,1	5,3	-6,7	5,1
2º Tr08	1,2	1,7	-0,3	4,3	4,6	7,3
3º Tr08	1,7	1,8	2,9	3,7	-1,6	2,8
4º Tr08	-3,3	-1,7	-3,1	-9,7	-3,3	-6,8
1º Tr09	-1,5	0,0	4,5	-12,0	-14,9	-17,6
2º Tr09	1,5	2,9	-0,2	2,1	9,0	5,8
3º Tr09	2,2	2,5	0,5	7,5	0,0	3,4
4º Tr09	2,3	2,1	0,6	7,1	3,3	13,3
1º Tr10	2,7	1,5	0,9	7,4	1,7	13,1

Fonte: IBGE

Os dados do último trimestre de 2009 apontam uma expansão de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhada por uma forte alta de 7,1% no ritmo dos investimentos. O consumo das famílias registrou alta de 2,1% sobre o trimestre anterior, a uma taxa anualizada de 8,5%. O crédito disponibilizado ao setor privado cresceu ao final do primeiro trimestre de 2010 à taxa de 20% sobre o mesmo período de 2009, sustentando o consumo e o investimento agregados. Os dados do 1º trimestre de 2010 apontam para uma aceleração do ritmo de retomada. O ritmo de expansão do PIB acelerou-se para 2,7% no período, para o que a expansão dos investimentos, pelo 3º trimestre seguido em patamar superior a 7,0%, desempenhou papel de destaque.

A produção industrial recuperou-se completamente das perdas derivadas da crise financeira mundial ao final do primeiro trimestre do ano, como mostra o desempenho da indústria geral no período de 12 meses finalizado em março (Tabela 3). Os dados mensais da indústria mostram uma forte arrancada da atividade industrial, que se expandiu, já com ajuste sazonal, 1,5% em fevereiro e 3,2% em março. Os setores líderes da retomada da indústria são aqueles mais dependentes das condições gerais de crédito, o segmento de bens de capital e de bens duráveis de consumo, que se expandiram em março, respectivamente, 35,0% e 23,1% contra o mesmo mês do período anterior. Ao final do primeiro trimestre, enquanto o segmento de bens duráveis de consumo exibiu uma expansão de 6,5% no período de 12 meses contra o mesmo mês do período anterior, o segmento de bens de capital ainda se encontrava 7,8% abaixo do patamar do ano anterior.

Tabela 3
Evolução da Produção Física Industrial - Brasil, Jan a Mar10
por Tipo de Índice e Categorias de Uso (%)

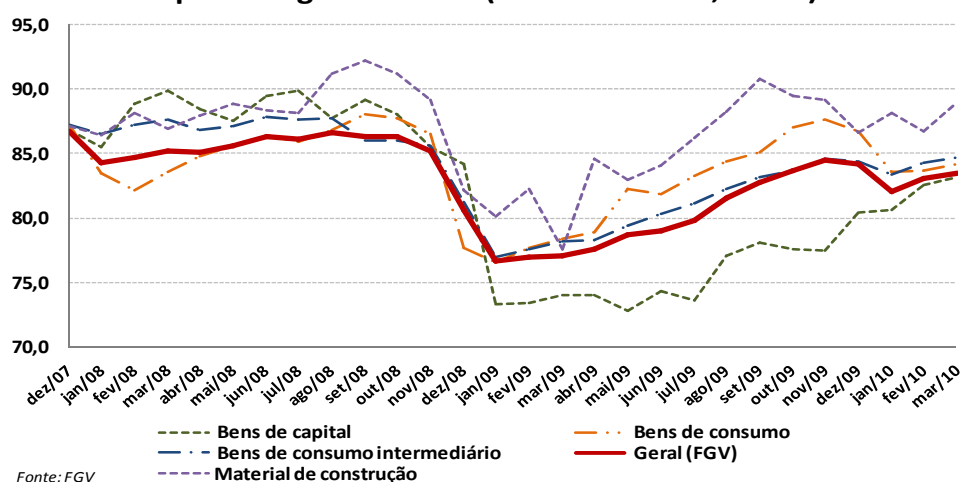
Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			% contra mesmo mês ano anterior			% últimos 12 meses contra mesmo período ano anterior		
	jan/10	fev/10	mar/10	jan/10	fev/10	mar/10	jan/10	fev/10	mar/10
Bens de capital	-0,1	1,6	2,7	15,8	26,0	35,0	-15,4	-12,2	-7,8
Bens intermediários	2,0	-0,4	1,4	19,9	17,0	17,6	-5,6	-3,0	-0,3
Bens de consumo	1,3	2,1	2,7	12,9	11,8	12,9	-0,7	0,8	2,4
Bens de consumo duráveis	8,4	0,7	0,0	38,8	25,6	23,1	-1,2	2,7	6,5
Semi-duráveis e não duráveis	0,7	2,4	1,4	8,2	9,2	9,2	-0,3	0,6	1,5
Geral	1,2	1,5	3,2	16,7	16,1	18,2	-4,8	-2,5	0,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

A recuperação vem se dando de forma bastante rápida. O indicador de utilização de capacidade instalada, (NUCI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, apontava para 83,5% ao final do primeiro trimestre, o que representava 6,4 p.p acima do índice do mesmo mês de 2009 e apenas 1,7 p.p abaixo do índice de março de 2008, quando a economia encontrava-se em forte expansão (Gráfico 1).

Gráfico 1

Utilização da capacidade Instalada Industrial - Geral e por Categoria de Uso (Dez07 a Mar10, em %)



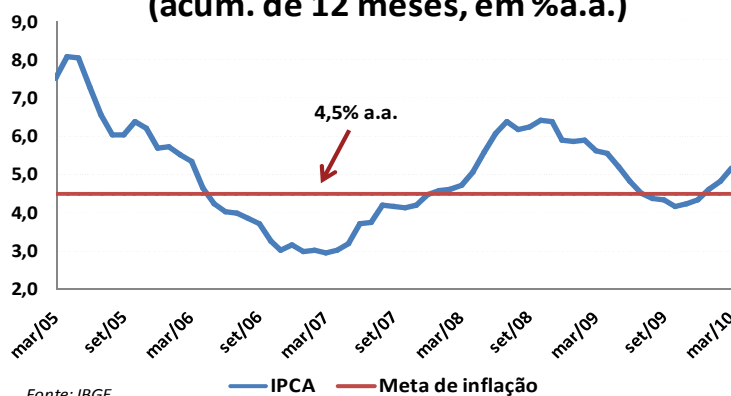
Fonte: FGV

Além de indicar a velocidade particularmente rápida da retomada da atividade industrial, NUCI desagregado por setores registrava em março de 2010 o patamar de 88,0% para o setor de construção civil e uma trajetória de rápida recuperação para o segmento de bens de capital (83,2%).

Com a previsão de um forte crescimento para 2010 e as melhoras significativas nos indicadores de demanda doméstica, voltamos a nos deparar com sinais de escalada de pressões inflacionárias no país (**Gráfico 2**). A trajetória de forte aceleração do IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE) superando a meta oficial de inflação de 4,5% para 2010 (**Gráfico 2**) levou o Comitê de Política Monetária a reajustar a taxa básica de juros da economia (Over-Selic) de 8,75% para 9,5% em abril. Os analistas de mercado esperam pelo menos mais três rodadas de elevação dos juros nos meses subsequentes, o que poderá levar a Over-Selic para o patamar de 11,0% até meados do terceiro trimestre de 2010.

Gráfico 2

Evolução do IPCA - mar05 a mar10
(acum. de 12 meses, em %a.a.)



O IPCA, utilizado como base para o sistema de metas de inflação, registrou 5,2% no acumulado de 12 meses terminados em março. Analistas de mercado apontam que a inflação medida por este indicador pode atingir o patamar de 6,0% em 2010.

As principais pressões altistas sobre o IPCA no primeiro trimestre de 2010 vieram do grupo dos preços de Educação (+4,91%), Alimentação e Bebidas (+2,35%) e Transportes (+3,05%). Enquanto a elevação dos preços do segmento de educação explica-se em grande medida por fatores sazonais, a elevação dos preços dos alimentos somente em parte pode ser creditada aos fatores climáticos do primeiro trimestre do ano, tendo se registrado uma expansão 0,96 pontos percentuais acima do mesmo período de 2008. Já no que se refere aos transportes, a alta no primeiro trimestre do ano chegou a expressivos 2,49 p. p. em comparação com o mesmo período do ano anterior, indicando que a aceleração da demanda doméstica pode ter jogado um papel de destaque na elevação dos preços nos últimos meses (**Tabela 4**).

Tabela 4

Evolução do IPCA e Seus Componentes Entre Jan e Março de 2010 e Diferencial Sobre o Mesmo Período do Ano Anterior (% ao mês)

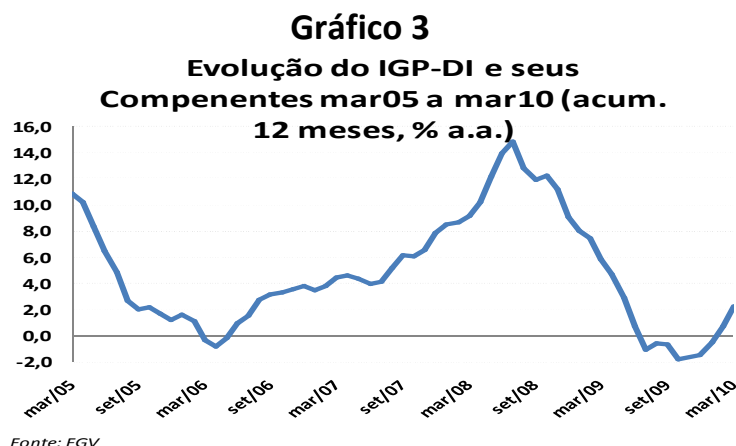
Diferencial sobre o mesmo período do ano anterior

Índice	Peso (%)	jan/10	fev/10	mar/10	jan a mar10	jan/10	fev/10	mar/10	jan a mar10
Índice geral	100,0	0,75	0,78	0,52	1,91	0,27	0,23	0,32	0,60
Alimentação e bebidas	22,6	1,13	0,96	1,55	2,35	0,38	0,69	1,25	0,96
Habitação	13,3	0,27	0,31	0,32	0,75	-0,22	0,09	0,07	-0,24
Artigos de residência	4,2	0,41	0,36	1,00	1,29	-0,04	0,08	0,52	0,59
Vestuário	6,7	0,31	-0,52	0,66	0,55	0,26	-0,28	-0,04	-0,25
Transportes	19,5	1,45	0,79	-0,54	3,05	1,10	0,55	-0,47	2,49
Saúde e cuidados pessoais	10,8	0,36	0,23	0,27	0,83	-0,19	-0,23	-0,10	-0,50
Serviços pessoais	10,2	0,78	0,4	0,77	1,65	0,13	0,09	0,42	0,09
Educação	7,0	0,26	4,53	0,54	4,91	-0,08	-0,24	0,91	-0,30
Comunicação	5,7	0,00	0,03	0,08	-0,08	-0,05	-0,12	0,03	-0,28

Fonte: IBGE

A evolução dos índices de preço de atacado revelam que há pressões inflacionárias por conta dos preços industriais que ainda não foram integralmente repassadas aos preços dos produtos finais (**Gráfico 3**).

O Índice de Preços Geral – Disponibilidade Interna (IGP-DI, calculado pela FGV), que encerrou 2009 com uma variação negativa, registrou forte aceleração no primeiro trimestre de 2010. Analistas de mercado esperam uma elevação superior a 8,0% neste indicador em 2010.



Os preços industriais, em especial das matérias primas, são as principais fontes de contribuição à alta dos preços de atacado. O Índice de Preços de Atacado Industrial (IPA-DI), responsável por 60% do peso do IGP-DI, registrou alta de 3,23% no primeiro trimestre de 2010, que se refletiu em um aumento de 5,32 p.p. sobre o mesmo período de 2009 (**Tabela 5**).

Tabela 5
Evolução do IGP-DI e de seus Componentes entre Jan e Março de 2010 e Diferencial sobre o Mesmo Período do Ano Anterior (% ao mês)

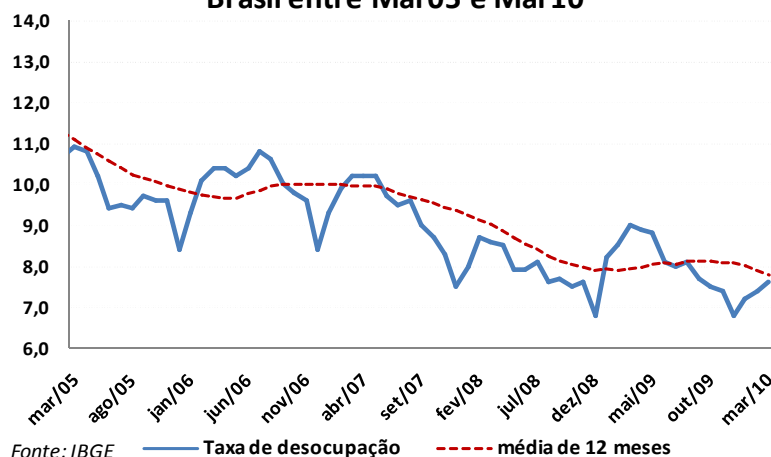
Diferencial sobre o mesmo período do ano anterior

Índice	Peso (%)	jan/10	fev/10	mar/10	jan-mar10	jan/10	fev/10	mar/10	jan a mar10
IGP-DI	100,0	1,01	1,09	0,63	2,75	1,00	1,22	1,47	3,71
IPC-DI	30,0	1,29	0,68	0,52	2,51	0,46	0,47	-0,09	0,85
IPA-DI	60,0	0,96	1,38	0,86	3,23	1,29	1,69	2,32	5,32
INCC-DI	10,0	0,64	0,36	0,75	1,76	0,31	0,09	1,00	1,41

Fonte: FGV

No que se refere aos indicadores nacionais do mercado de trabalho, os números do primeiro trimestre de 2010 apontam para os melhores resultados do ponto de vista do emprego desde 1997. A Pesquisa Mensal do Emprego (PME), divulgada pelo IBGE apontava que em março a taxa de desemprego aberta era de 7,6%, comparada com 9,0% em março de 2009 e com 8,6% em março de 2008 (**Gráfico 4**).

Gráfico 4
Evolução da Taxa de Desemprego Aberto no Brasil entre Mar05 e Mar10



O índice de desemprego aberto registrou 7,6% em março de 2010. Com isto, o indicador de desemprego médio de 12 meses convergiu para 7,8% ao final do primeiro trimestre, a menor média desde o início da divulgação das pesquisas com a nova metodologia em 2002.

Os dados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTE) apontam que foram gerados cerca de 657 mil novos empregos formais no primeiro trimestre de 2010 (**Tabela 6**), um resultado superior ao primeiro trimestre de 2008, quando o nível de atividades se encontrava em forte aceleração. Em praticamente todos os segmentos houve uma forte aceleração do emprego, mas os destaques estão no segmento de serviços, com a geração de cerca de 809 mil novos empregos formais, e da construção civil, que foi responsável pela adição de mais 127,7 mil novos postos formais de trabalho. Levando-se em conta os resultados do primeiro trimestre do ano, são grandes as possibilidades de que sejam gerados este ano mais de dois milhões de novos postos de emprego formal.

Tabela 6

Comportamento do Mercado de Trabalho no Brasil no 1º Trimestre de 2010 em Relação ao 1º Trimestre de 2009 e de 2008, Segundo Subsetores de Atividade

Subsetores de atividade	1º tri 2008	1º Sem 2008	Total 2008	1º tri 2009	1º Sem 2009	total 2009	jan/10	fev/10	mar/10	1º tri 2010
Extrativa mineral	2.696	8.373	8.671	-1.124	-1.561	2.036	1.192	1.463	1.423	4.078
Ind. Transformação	146.246	317.901	178.675	-147.361	-144.477	10.865	68.920	63.024	72.440	204.384
Indústria de produtos minerais não metálicos	4.150	11.778	13.170	-5.760	-8.511	4.484	3.758	2.107	2.207	8.072
Indústria metalúrgica	23.016	37.586	31.879	-35.908	-54.718	-27.162	11.614	10.104	10.111	31.829
Indústria mecânica	21.890	32.869	23.515	-21.332	-31.300	-13.885	8.622	6.694	5.634	20.950
Indústria do material elétrico e de comunicações	7.139	13.468	9.011	-14.055	-19.227	-11.331	4.926	2.925	3.975	11.826
Indústria do material de transporte	13.485	29.360	14.680	-29.726	-35.189	-17.538	5.917	5.096	6.579	17.592
Indústria da madeira e do mobiliário	-1.143	-1.934	-12.857	-10.389	-13.176	-4.745	4.619	2.457	2.702	9.778
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4.497	9.600	11.882	-6.230	-7.048	-513	2.265	1.058	1.134	4.457
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, simil.	9.760	15.457	-2.899	4.387	6.122	9	5.048	7.153	9.695	21.896
Ind. química de produtos farmacêuticos, veter, perf.	9.912	22.580	19.459	-10.472	-6.816	15.112	7.637	5.128	5.872	18.637
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	13.834	31.846	22.009	-10.706	-5.684	11.844	8.156	6.428	11.485	26.069
Indústria de calçados	13.724	22.273	-8.703	8.017	7.521	13.387	7.766	10.026	9.254	27.046
Indústria de Alimentos	25.982	93.018	57.529	-15.187	23.549	41.203	-1.408	3.848	3.792	6.232
Outras Industrias	61.634	132.155	65.752	1.988	3.631	10.709	50.092	42.378	52.903	145.373
S.I.U.P1	62.376	159.875	160.557	30.289	79.405	177.185	2.538	1.830	1.593	5.961
Construção civil	56.421	151.618	152.333	-72.153	-35.666	249.439	54.330	34.735	38.629	127.694
Comércio	19.256	132.123	382.218	-70.753	-32.978	297.157	-15.199	12.299	37.361	34.461
Comércio varejista	-4.039	91.158	311.039	-72.153	-35.666	249.439	-16.053	1.756	19.377	5.080
Comércio atacadista	23.295	40.965	71.179	1.400	2.688	47.718	854	10.543	17.984	29.381
Serviços	42.277	56.630	37.255	109.250	63.590	37.883	207.353	276.202	325.528	809.083
Administração Pública	21.182	32.712	10.316	23.866	31.177	18.075	-806	8.108	6.150	13.452
Agropecuária	48.716	227.030	18.232	-3.906	128.874	-15.369	4.143	3.976	10.366	18.485
Total	554.440	1.361.388	1.452.204	-57.751	299.506	995.110	181.419	209.425	266.415	657.259

Fonte: RAIS/M.T.E/CAGED

1 - Serviços Industriais de Utilidade Pública

No *front* Fiscal, a volta de uma elevada expansão econômica afasta o principal problema observado em 2009, que foi a corrosão do superávit primário em função da queda de arrecadação em um contexto de forte elevação de despesas. As receitas devem registrar um forte crescimento este ano, em função da maior expansão da economia e da desmontagem das políticas de isenção de IPI nos automóveis, linha branca e material de construção. Há espaço para algumas preocupações, entretanto. No primeiro bimestre de 2010 as despesas continuaram se expandindo em velocidade muito maior que as receitas – enquanto as despesas totais do governo central se expandiram à taxa de 136,4% naquele período, as receitas registram um módico aumento de 9,9%. O lado positivo é que as despesas com investimentos registraram no primeiro bimestre de 2010 um crescimento real de 332,7% (**Tabela 7**).

Tabela 7
Resultado Primário do Governo Central
(em R\$ Milhões, a Preços de Fevereiro de 2010*)

Descrição	2008	2009	1º bi09 2009	1º bi10 2010	2009/ 2008	1º bi10/ 1º bi09
	(R\$ MM)	(R\$ MM)	(R\$ MM)	(R\$ MM)	(%)	(%)
RECEITA TOTAL	743.175	739.304	119.169	131.006	-0,5	9,9
Receitas do Tesouro	571.744	555.054	94.861	101.362	-2,9	6,9
Receitas da Previdência Social	169.399	182.008	13.684	29.283	7,4	114,0
Receitas do Banco Central	2.032	2.242	179	360	10,4	101,8
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	137.999	127.684	11.362	23.604	-7,5	107,7
RECEITA LÍQUIDA TOTAL	605.175	611.621	38.875	107.402	1,1	176,3
DESPESA TOTAL	516.256	572.405	40.030	94.627	10,9	136,4
Despesas do Tesouro	320.755	347.529	24.583	57.855	8,3	135,3
Pessoal e Encargos Sociais	135.670	151.653	11.619	26.362	11,8	126,9
Custeio e Capital	170.038	191.825	11.777	30.963	12,8	162,9
Outras Despesas de Custeio	125.403	140.035	8.247	22.545	11,7	173,4
Investimento	29.315	34.137	1.258	5.441	16,4	332,7
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	206.946	224.876	16.372	36.773	8,7	124,6
RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	74.148	39.215	-1.155	12.775	-47,1	-1.206,3
Tesouro Nacional	112.184	82.713	1.505	20.242	-26,3	1.245,1
Previdência Social (RGPS)	-37.546	-42.868	-2.688	-7.489	14,2	-93,7
RESULTADO PRIMÁRIO/PIB (em %)	2,37%	0,43%	...	...	...	...

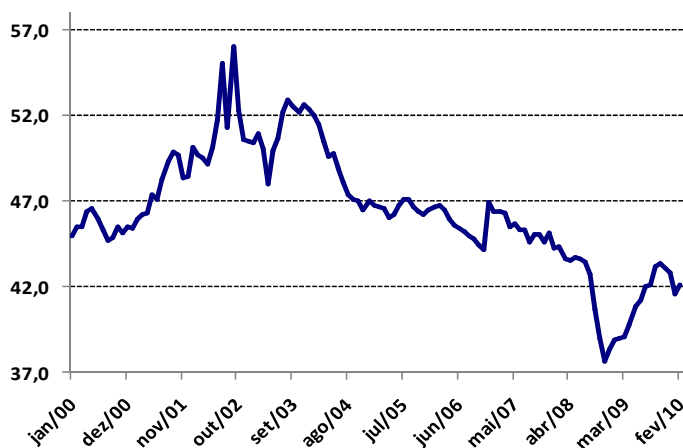
Fonte: Banco Central

* Inflacionado pelo IGP-DI

A desvalorização cambial ocorrida quando da eclosão da crise financeira internacional, por seus efeitos na valorização dos ativos em dólares do governo, as reservas internacionais, levou a uma queda rápida na relação Dívida/PIB. A contração do superávit primário e a revalorização do câmbio colocaram a relação Dívida/PIB em trajetória de rápido crescimento. A volta do crescimento econômico vem contribuindo para estabilizar aquele indicador, mas sua diminuição sustentada dependerá da volta a expressivos resultados fiscais primários.

Gráfico 5

Dívida Líquida do Setor Público
jan/00 a fev/10 (em % do PIB)



Fonte: Banco Central

No que se refere ao balanço de pagamentos, o crédito externo, em todas as suas modalidades, continua fluindo de forma abundante para o país (**Tabela 8**). O balanço de capitais registrou um superávit de US\$ 18,2 bilhões no primeiro trimestre do ano, sendo que a modalidade investimento direto estrangeiro atraiu cerca de US\$ 13,0 bilhões no período. De outro lado, as aplicações de estrangeiros na Bolsa de Valores e em renda fixa bateram recorde no primeiro trimestre, com a entrada de US\$ 9,8 bilhões, o melhor desempenho para o primeiro trimestre do ano desde 1947. Esse resultado mostra que os investidores internacionais aumentaram as apostas no capital de curto prazo (que traz maior risco para o país) durante os três primeiros meses do ano.

Os dados do BC mostram ainda que o país registrou déficit de US\$ 12,1 bilhões nas contas correntes no primeiro trimestre do ano, sendo o pior desempenho para o período desde 1947. Medido em comparação com o PIB, o déficit em transações correntes foi de 2,8%, cifra que se aproxima do limiar considerado perigoso para a sustentabilidade de tais déficits (3,0%).

A deterioração do saldo da balança comercial foi o fator mais importante para explicar a elevação do déficit nas transações correntes. A provável manutenção de uma taxa de câmbio fortemente valorizada em 2010 deverá levar à forte redução do superávit da balança comercial no ano, tendo em vista uma expansão muito maior das importações (devido à aceleração da demanda doméstica) que das exportações (países industrializados mantêm baixo crescimento). Este fato deverá levar o saldo comercial do ano ao patamar de US\$ 13 bilhões, e o saldo de transações correntes ao patamar de US\$ 50 bilhões, introduzindo um potencial elemento desestabilizador na economia.

A atração de capitais de curto prazo tem contribuído para, ao contrário da necessária desvalorização do câmbio, introduzir novas pressões para valorização. Enquanto houver farta liquidez nos mercados financeiros internacionais, não há problemas do ponto de vista do financiamento desses desequilíbrios, mas qualquer turbulência externa (como foi duramente ensinado no último trimestre de 2008) poderá levar à fuga de capitais e a amplas oscilações na taxa de câmbio, com os impactos consideráveis sobre a taxa de inflação e o passivo em moeda estrangeira.

Tabela 8

Balanço de Pagamentos Brasileiro 2005 a 2010 (US\$ milhões)

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	1º tri08	1º tri09	1º tri10
TRANSAÇÕES CORRENTES	13.985	13.643	1.551	-28.192	-24.334	2.181	-4.938	-12.145
Balança comercial (FOB)	44.703	46.457	40.032	24.836	25.347	11.857	2.988	892
Exportação de bens	118.308	137.807	160.649	197.942	152.995	39.212	31.178	39.230
Importação de bens	-73.606	-91.351	-120.617	-173.107	-127.647	-27.355	-28.189	-38.337
Serviços e Rendas	-34.276	-37.120	-42.510	-57.252	-52.945	-10.659	-8.788	-13.823
Serviços	-8.309	-9.640	-13.219	-16.690	-19.260	-3.296	-2.838	-6.315
Rendas	-25.967	-27.480	-29.291	-40.562	-33.684	-7.363	-5.950	-7.508
Salários e ordenados	214	177	448	545	603	122	176	131
Lucros e Dividendos	-12.686	-16.369	-22.435	-33.875	-25.218	-5.842	-3.556	-4.586
Juros	-13.496	-11.289	-7.305	-7.232	-9.069	-1.643	-2.570	-3.053
Transferências unilaterais correntes	3.558	4.306	4.029	4.224	3.263	983	862	786
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	-9.464	16.299	89.086	29.352	70.551	35.938	3.557	19.371
Investimento estrangeiro direto	15.066	18.822	34.585	45.058	25.949	14.287	5.342	5.656
Investimento em Carteira	4.885	9.081	48.390	1.133	49.133	14.680	-2.919	8.774
Ações de companhias brasileiras	6.451	7.716	26.217	-7.565	37.071	4.973	-33	5.270
Títulos de renda fixa LP e CP	204	1.360	21.887	6.798	9.087	10.125	-3.498	4.058
Outros Investimentos	-27.521	15.688	13.131	2.875	-15.900	5.482	199	10.655
ERROS E OMISSÕES	-201	628	-3.152	1.809	434	123	199	-1.066
RESULTADO DO BALANÇO	4.319	30.569	87.484	2.969	46.651	38.241	-1.182	6.160
TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)	1,5	1,2	0,1	-2,2	-1,3	0,6	-1,5	-2,8
DÍVIDA EXTERNA BRUTA	169.450	172.589	193.219	198.340	198.194	201.637	192.676	-
RESERVAS INTERNACIONAIS	53.799	85.839	180.334	193.783	238.520	195.232	190.388	243.762

Fonte: Bacen

A economia brasileira vem superando com bastante facilidade os contratempos gerados pela crise financeira internacional, apoiada em grande medida no dinamismo do mercado interno e na expansão acelerada de crédito, tanto de fontes internas como externas. A realização de eleições gerais em 2010 adicionará combustível à retomada do crescimento econômico e provavelmente fará adiar os necessários ajustes pelo lado fiscal e cambial. A economia brasileira deverá registrar em 2010 um forte crescimento, na casa de 7,0%, e provavelmente deverá sofrer algum tipo de ajuste macroeconômico em 2011, quando o crescimento deverá se reduzir para a casa de

4,5%. Este é o contexto mais amplo no qual deverá se mover a economia maranhense nos próximos trimestres (Tabela 9).

Tabela 9

Projeções e tendências para a Economia Brasileira 2010 e 2011

Indicador	2007	2008	2009	2010*	2011*
IPCA (%)	4,5	6,5	4,3	6,0	4,8
IGP-M (%)	7,8	10,8	-1,2	8,3	5,0
IGP-DI (%)	7,9	9,1	-0,8	8,5	5,0
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	1,77	2,34	1,70	1,80	1,85
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	1,78	1,70	2,00	1,80	1,85
Meta Taxa Selic - Fim de período (% a.a.)	11,25	13,75	8,75	11,50	11,00
Meta Taxa Selic - média do período (% a.a.)	11,87	12,92	9,80	10,40	11,50
Taxa de Juros <i>ex ante</i> deflacionada pelo IPCA 12 m	6,50	7,20	4,80	5,10	5,50
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	42,8	37,0	44,7	42,0	39,5
Crescimento do PIB (% a.a.)	5,4	5,1	-0,2	7,5	4,5
Produção Industrial	6,3	5,3	-7,7	10,0	5,0
Conta Corrente (US\$ bilhões)	2,6	-30,0	-18,0	-50,0	-58,0
Balança Comercial (US\$ bilhões)	41,4	23,7	25,0	13,0	5,0
Investimento Direto Estrangeiro (US\$ bilhões)	27,5	35,0	25,0	38,0	40,0

Fonte: BACEN - * Projeções: Banco Central do Brasil e GACE-UFMA

2 PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA MARANHENSE

2.1 Antecedentes: Fontes de Dinamismo da Economia Maranhense na Última Década

Uma análise da composição setorial das fontes de crescimento da economia maranhense (**Tabela 10**) mostra que a maior contribuição para seu dinamismo no período 2002 a 2007 veio do segmento primário (Agropecuária, responsável por 24,8% da expansão total no período em análise), em grande parte devida à expansão da atividade extrativa vegetal (produção de carvão vegetal a partir do desmatamento e, em menor medida, mas crescendo significativamente de importância, a partir do reflorestamento). O segundo setor de maior importância isolada foi a expansão dos gastos públicos (19,2% do crescimento), nos quais os gastos com educação (FUNDEB) tiveram um destaque.

Tabela 10

Composição e Contribuição Setorial para o Crescimento do Valor Adicionado na Economia Maranhense entre 2002 e 2007 (% ao Ano e % do Total)

Setores e Grupos de Atividade	2002-07 (% a.a.)	Cont para o cresc. (%)
Maranhão	6,8	100,0
Agropecuária	9,8	24,8
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	13,3	23,4
Pecuária e pesca	1,9	1,4
Indústria	8,3	21,0
Indústria extrativa mineral	43,0	3,8
Indústrias de transformação	8,9	10,1
Construção	4,0	4,1
SIUP	9,8	2,8
Comércio e Serviços	5,6	54,2
Com. e serviços de manutenção e reparação	8,1	16,9
Serv. de alojamento e alimentação	15,5	3,1
Transportes, armazenagem e correio	3,7	3,8
Serviços de informação	4,7	1,7
Intermediação financeira	5,7	2,6
Ser. prestados às famílias e associativos	13,4	3,0
Serviços prestados às empresas	7,5	2,1
Atividades imobiliárias e aluguel	1,0	1,4
Administração, saúde e educação públicas	6,2	19,2
Saúde e educação mercantis	-4,6	-1,2
Serviços domésticos	8,0	1,9

Fonte: IBGE/IMESC

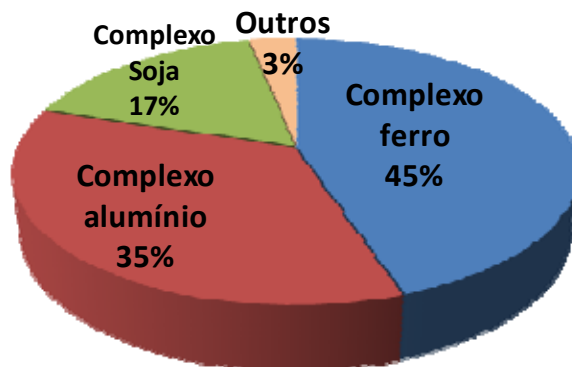
O terceiro segmento de grande expressão foram as atividades de comércio (16,9% do crescimento total), refletindo a expansão da renda disponível no Estado, além da melhora das condições gerais de crédito no país. Por fim, temos as atividades da indústria de transformação, concentradas, no caso da economia maranhense, nas indústrias metalúrgica e mecânica, além da indústria de alimentos e bebidas, que também viu seu dinamismo acelerar no período. (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – Nível de Atividades**).

A radiografia da composição setorial do crescimento da economia maranhense mostrada na **Tabela 10** revela que sua dinâmica na última década foi condicionada por três fatores principais:

- Expansão das exportações de *commodities* minerais e agrícolas: Entre 2004 e 2009 a economia maranhense conectou-se de forma privilegiada no ciclo de expansão do comércio mundial, através da rápida expansão das exportações de *commodities* primárias minerais e agrícolas. No período as exportações maranhenses cresceram à taxa de 23,2% ao ano. Ressaltamos a elevada concentração da pauta de exportações maranhense em três *commodities* (os produtos dos complexos ferro, alumínio e soja), os quais perfizeram em média cerca de 96,8% do valor das exportações maranhenses no período 2004-2009 (**Gráfico 6**). Tal concentração, por sua vez, dá origem a uma elevada vulnerabilidade da economia maranhense em relação ao ciclo internacional (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.3 Comércio Exterior**).

Gráfico 6

Composição das Exportações Maranhenses - 2004 a 2009



Fonte: MICT

- b) Expansão das transferências federais: entre 2004 e 2009 as transferências constitucionais e voluntárias para o Estado do Maranhão (FPE e FUNDEF são as mais importantes) cresceram à taxa de 5,0% em termos reais, enquanto que as transferências constitucionais e voluntárias para os municípios (FPM e FUNDEF) cresceram à taxa de 8,0% em termos reais. Neste último caso, é importante dizer que os recursos do Programa Bolsa Família, que perfazem cerca de 2,3% do PIB do Estado (ou o equivalente a cerca de 30% de todas as demais transferências federais para os municípios maranhenses), não foram incluídos na contabilização (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.4 Finanças Públicas**).
- c) Expansão do crédito ao consumo e ao financiamento imobiliário: a expansão do crédito público e privado se consolidou como uma das mais importantes mudanças estruturais da década. No caso do Maranhão, além do estímulo trazido pelas melhores condições macroeconômicas gerais (onde se destaca o sucesso obtido com o sistema de Metas de Inflação no período pós 2004, que permitiu a queda consistente da taxa real de juros). Um indicador dos efeitos do crédito na economia maranhense no período recente pode ser encontrado no desempenho recente das concessões de financiamentos para a construção imobiliária, que cresceram a assombrosa cifra de 594,7% em termos reais no período 2006 a 2009, ou cerca de 90,8% ao ano, descontada a inflação (ver na subseção **3.1.3 Construção Civil**).

Uma análise da evolução do mercado de trabalho maranhense entre 2002 e 2008 mostra que a geração de empregos deu-se sobretudo no setor urbano: o crescimento da população ocupada urbana de 3,30% ao ano, apenas permitiu absorver os efeitos da destruição de postos de trabalho no setor rural, ao ritmo de 2,34% ao ano. No geral, a população ocupada cresceu somente 1,17% ao ano no período, praticamente no mesmo ritmo da expansão da população economicamente ativa - PEA (1,19% a.a.), em paralelo a uma forte ampliação do estoque de desempregados no setor rural. As boas notícias se referem ao vigoroso crescimento da massa de rendimentos dos ocupados, ao ritmo de 13,12% ao ano no período.

Tabela 11
Evolução da PEA, População Ocupada, População Desempregada e da Taxa de Ocupação no Estado do Maranhão entre 2002 e 2008 (Mil Pessoas e % a.a.)

Indicadores	2002	2008	2002 a 2008 (var. abs.)	2002 a 2008 (% a.a.)
PEA	2.779	2.984	205	1,19
PEA Urbana	1.686	2.026	340	3,11
PEA Rural	1.093	957	-136	-2,19
População Ocupada	2.632	2.823	191	1,17
População Ocupada Urbana	1.553	1.887	334	3,30
População Ocupada Rural	1.079	936	-143	-2,34
Rendimento médio mensal (R\$)¹	259,00	506,00	247,00	11,81
Massa de Rendimentos (R\$/mês)²	681,7	1.428,4	746,8	13,12
População Desempregada	147,0	161,0	14	1,53
População Desempregada Urbana	133,0	139,0	6	0,74
População Desempregada Rural	14,0	21,0	7	6,99
Taxa de Ocupação	94,7	94,6	-0,1	-0,02
Taxa de Ocupação Urbana	92,1	93,1	1,0	0,19
Taxa de Ocupação Rural	98,7	97,8	-0,9	-0,15

Fonte: IBGE - PNAD (1992 e 2008)

1 - Valor de 2.002 atualizado pelo INPC acumulado até Dez 2008; 2 - Valor de 2008 obtido através da atualização monetária do valor do rendimento médio mensal de 2006 (INPC) * 1,116 (reajuste estimado em 6% em termos reais para 2007 e de 4% em termos reais para 2008).

Já no que se refere à distribuição setorial do emprego, vemos na **Tabela 12** que no período 2002 a 2008 a perda acelerada de empregos no setor primário, levou a uma redução da participação do emprego deste setor de cerca de 10 pontos percentuais em apenas seis anos. A espantosa redução absoluta e relativa do emprego no setor primário é indício da velocidade com que se dá no Maranhão a expansão da agricultura empresarial e do reflorestamento, de um lado, e, de outro lado, a perda da participação relativa da produção familiar. Ademais, vemos que houve uma forte expansão da ocupação nos setores industrial e de comércio de serviços. O segmento responsável pela maior geração de empregos em termos absolutos foi o de construção civil, com a criação de cerca de 87 mil novos postos de trabalho no período de seis anos (crescimento de 7,7% ao ano), o que levou a um incremento de sua participação no emprego total de 2,6 pontos percentuais.

Tabela 12

Evolução da População Ocupada no Estado do Maranhão Segundo o Total, Setores e Grupos de Atividades (em mil pessoas e % a.a.)

Total, Setores e Grupos de atividades	2002	2002 (%)	2008	2008 (%)	var abs	var. (% a.a)
Total	2.632	100,0	2.823	100,0	191	1,17
Agrícola	1.190	45,2	987	35,0	-203	-3,07
Indústria	330	12,5	430	15,2	100	4,51
Indústria de transformação	144	5,5	156	5,5	12	1,34
Construção	165	6,3	252	8,9	87	7,31
Outras Indústrias	21	0,8	22	0,8	1	0,78
Comércio e Serviços	1.113	42,3	1.405	49,8	292	3,96
Comércio e reparação	414	15,7	497	17,6	83	3,09
Alojamento e alimentação	50	1,9	62	2,2	12	3,65
Transporte, armazenagem e comunicação	83	3,2	103	3,6	20	3,66
Administração pública	88	3,3	127	4,5	39	6,30
Educação, saúde e serviços sociais	181	6,9	261	9,2	80	6,29
Serviços domésticos	171	6,5	167	5,9	-4	-0,39
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	67	2,5	91	3,2	24	5,24
Outras atividades	59	2,2	97	3,4	38	8,64

Fonte: PNAD/IBGE

O grupamento de atividades do *Comércio* ocupa a segunda posição no *ranking* de geração de postos de trabalho no Estado (+ de 83 mil vagas), elevando em 1,9 p.p. sua participação no geral (período 2002-2008).

O terceiro grupamento de maior geração de empregos foi *Educação, saúde e serviços sociais* (80 mil novos postos de trabalho) no período em análise.

2.2 A Crise Externa Afetou a Economia Maranhense por Meio de Três Canais Principais

A economia maranhense foi mais afetada que o plano nacional e no plano regional pelos efeitos da crise financeira internacional. Foram três os canais principais pelos quais os efeitos da crise externa se fizeram sentir no Estado. Inicialmente o canal do crédito, ao reduzir a liquidez para o financiamento à aquisição de bens duráveis e outras modalidades de crédito ao consumidor e, especialmente, a contração na concessão de financiamentos para o plantio e custeio à cultura de grãos no Estado. Como consequência, na comparação com a safra 2007/2008 houve uma redução na área plantada de soja no Estado de 7,8% e uma redução na produtividade da oleaginosa de 16,1%.

O segundo canal de transmissão da crise externa à economia maranhense foi o do comércio exterior. Como consequência houve uma contração de 56,5% no valor das exportações maranhenses, a partir de uma redução de 86% nos embarques do minério de ferro, 63% no caso do ferro-gusa e uma queda de 55% no segmento de alumínio, além da redução de 11% nos embarques de soja. Como decorrência do choque sobre os canais de crédito e exportações, houve uma forte concentração de demissões no setor industrial, particularmente no segmento metalúrgico, que acumulou 1,1 mil demissões líquidas em 2009 e no setor de serviços (1,8 mil demissões só no segmento de transportes).

Por fim, o terceiro canal de transmissão da crise externa para o Estado deu-se através das finanças públicas. A retração da atividade econômica em nível nacional e as políticas de isenção de IPI concorreram para reduzir os repasses para o Estado do Maranhão através do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que registraram, respectivamente, quedas em termos reais de 10,4% e de 10,2% em 2009. É importante salientar, neste aspecto, que a elevação dos repasses do FUNDEB permitiu, no caso dos municípios (+12,0%) compensar a queda do FPM, enquanto que no caso do Estado, a elevação dos repasses do FUNDEB (+ 26,4%) foi complementada por uma gestão eficaz do ICMS, a qual resultou em uma elevação da arrecadação real deste tributo da ordem de 11,9% em 2009 (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.4 Finanças Públicas**).

2.3 A Trajetória de Retomada Tornou-se Nítida no 2º Semestre de 2009 e vem Sendo Liderada pelos Segmentos de Construção Civil, Serviços e Comércio

A retomada do nível de atividades da economia maranhense tornou-se nítida apenas em meados do segundo semestre de 2009 quando, ao contrário do que ocorreu no semestre imediatamente anterior, o mercado de trabalho formal reagiu com a criação líquida de 3,3 mil empregos, concentrados em grande parte no comércio. O bom desempenho do comércio, por sua vez, deveu-se em grande parte à preservação da massa de rendimentos no Estado, a qual foi possível, em um quadro de estagnação da indústria de transformação e das vendas externas, devido à sustentação da despesa pública e ao avanço de grandes obras, a exemplo da Hidrelétrica de Estreito, das obras de ampliação da Alumar, da ampliação do Porto do Itaqui, das obras de habitação popular (PAC Rio Anil), da duplicação da BR 135 e da construção da Termoelétrica MMX.

Foi no primeiro trimestre de 2010, entretanto, que os sinais de forte retomada no nível de atividades da economia maranhense ficaram nítidos. De acordo com os dados da CEMAR, no primeiro trimestre de 2010 houve uma expansão de 18% no consumo de energia elétrica das atividades terciárias e de 7,7% das atividades industriais (exclusive VALE e ALUMAR) na comparação com o mesmo período de 2009. No caso da VALE e da ALUMAR, servidas pela Eletronorte, os números apontam para uma recuperação, embora em ritmo mais lento. No geral registrou-se uma expansão de 5,8% no consumo de energia elétrica não residencial no Estado, indicando que a retomada vem se dando de forma generalizada entre os diversos setores (**Tabela 13**).

Tabela 13

Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Primárias, Secundárias e Terciárias no MA em 2008, 2009 e no 1º trimestre de 2009 e de 2010 (Valores em GWh e %)

Atividades	2008	2009	2009*	2010*	Cres % 09/08	Cres % 10*/09*
Total	8.709,0	8.233,9	2.091,4	2.213,2	-5,5	5,8
Atividades Primárias	0,401	0,410	0,106	0,112	2,2	5,1
ALUMAR	7.201,8	6.964,1	1.713,0	1.776,0	-3,3	3,7
VALE	406,4	183,8	43,7	60,2	-54,8	37,8
Atividades Secundárias	430,1	381,9	173,2	186,5	-11,2	7,7
Atividades Terciárias	670,3	703,8	161,4	190,4	5,0	18,0

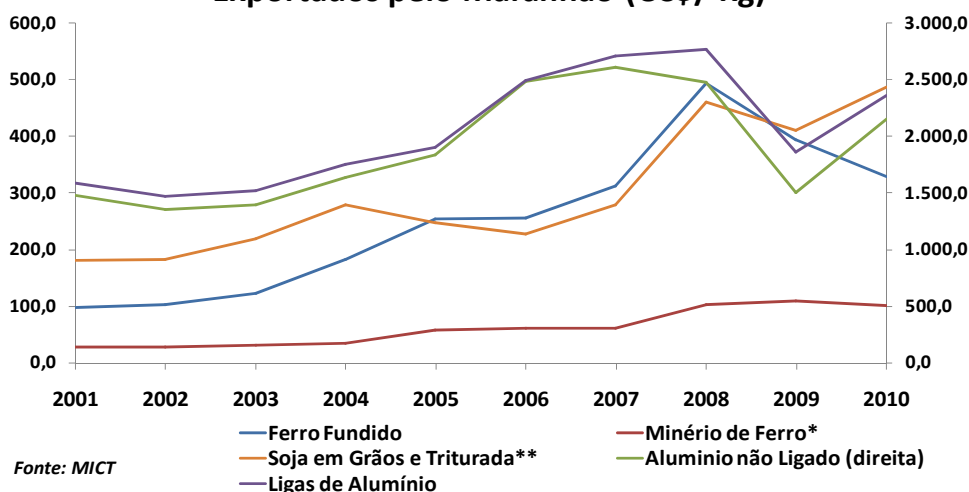
Fonte: Cemar *1º trimestre

No que se refere à produção agrícola, as estimativas do IBGE apontavam, ao final do primeiro trimestre de 2010, para um crescimento da área plantada no Estado de 4,5% que, acompanhado de um aumento da produtividade de 8,0% no conjunto das principais lavouras do Estado, deverá garantir para a safra 2009/2010 um aumento da produção da ordem de 13,5%, em comparação com os resultados da safra de 2008/2009. Diga-se de passagem que as previsões do IBGE ao final do primeiro bimestre eram mais favoráveis, mas foram revistas em função da estiagem que afetou o Estado no primeiro trimestre deste ano (ver seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.1.1 Produção Agrícola**).

O comércio exterior também vem contribuindo favoravelmente para a retomada da atividade no Estado. No primeiro trimestre do ano houve uma forte elevação no *quantum* exportado de minério de ferro e ferro fundido, ao lado de uma expressiva recuperação nos preços das *commodities* exportadas pelo Estado. A esperada elevação da safra de soja, assim como dos preços de exportação da oleaginosa deverão também contribuir favoravelmente a partir deste segundo trimestre (ver seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.3.2 Exportações**). No **Gráfico 7**, podemos ver a evolução dos preços das *commodities* relevantes na pauta de comércio exterior do Maranhão.

Gráfico 7

Preço Médio Anual dos Principais Produtos Exportados pelo Maranhão (US\$/ Kg)



* O preço do Minério de Ferro para o ano de 2010 foi extraído da cotação do Index Mundi;

**O preço da Soja para o ano de 2010 foi extraído da cotação do Agolink;

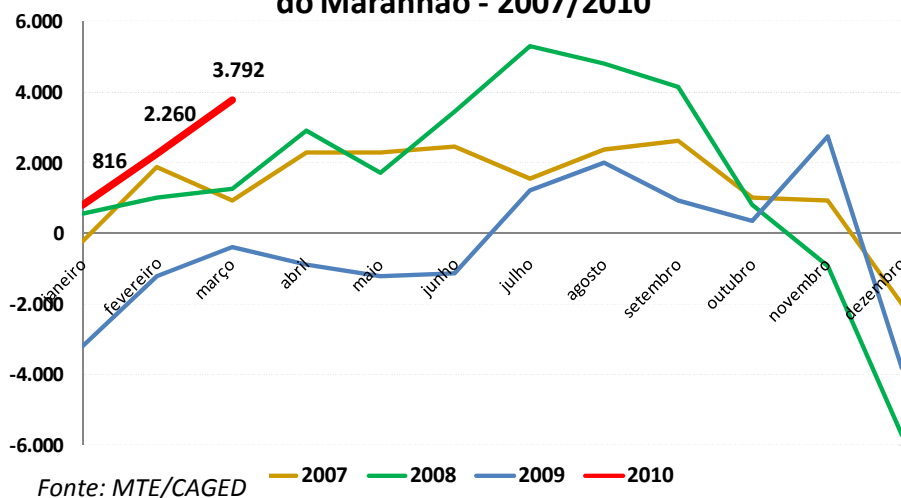
Para os demais anos e produtos, os preços foram extraídos dos dados da Balança Comercial (MDIC) através do cálculo do Valor das exportações (US\$) dividido pelo Peso (Kg Líquido)

O indicador do volume de vendas do comércio calculado pelo IBGE, por sua vez, cresceu 19,1% em março, comparado ao mesmo mês de 2009, e 12,3% na comparação com o primeiro trimestre daquele ano. Esta forte aceleração é um indicador da melhora das condições gerais de crédito combinada com os bons números do mercado de trabalho no Estado. Uma nota de preocupação deve ser registrada, entretanto, no que se refere à elevada inadimplência. O indicador Serasa-Experian de cheques sem fundo que se elevou fortemente no último trimestre de 2008, permanece em patamares elevados no Maranhão (19,1% em março de 2010), enquanto no caso do Nordeste e do nível nacional já retornou a níveis próximos do pré crise (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.1.4 Evolução das Vendas do Comércio**).

O mercado de trabalho é o segmento que registrou os resultados mais positivos no primeiro trimestre de 2010. No período, as contratações líquidas se elevaram em 6.868 postos de trabalho, dos quais cerca de 35% foram criados no segmento de construção civil, um reflexo da aceleração das obras de infra-estrutura e do grande dinamismo do mercado imobiliário no Estado. O segundo subsetor que mais contribuiu para a retomada do emprego formal no Estado no primeiro trimestre do ano de 2010 foi o de serviços, especialmente no segmento de alojamento e alimentação. Merece destaque também o elevado número de contratações no segmento de comércio varejista e nas indústrias de alimentos e metalúrgica (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.2.1 Empregos Formais (CAGED)**).

Gráfico 8

Geração de postos de trabalho formais no Estado do Maranhão - 2007/2010



No primeiro trimestre de 2010 foi registrada a criação de 6,9 mil novos empregos formais, um recorde para este período do ano no Estado do Maranhão. As contratações líquidas se elevaram em 6.868 postos de trabalho.

Do ponto de vista regional, a capital do Estado figurou como o principal município em termos de contratações líquidas, com cerca de 40,4% das novas contratações no Estado. O destaque no caso de São Luis foram as contratações no segmento de serviços (principalmente nos segmentos de alojamento e alimentação e também nos serviços de transportes), além da construção civil e comércio. O município de Estreito figura como o segundo maior no que se refere à criação de empregos formais, com cerca de 17,7% das novas contratações no Estado, basicamente no segmento de construção civil, enquanto Açailândia registrou 10,64% das novas contratações, concentradas na Indústria metalúrgica e na construção civil.

No que se refere aos municípios com redução líquida de vagas de emprego formal no primeiro trimestre de 2010, os destaques ficam por conta de Coelho Neto, com o fechamento de vagas no setor agrícola, seguido por Caxias (construção civil) e Aldeias Altas (segmento industrial).

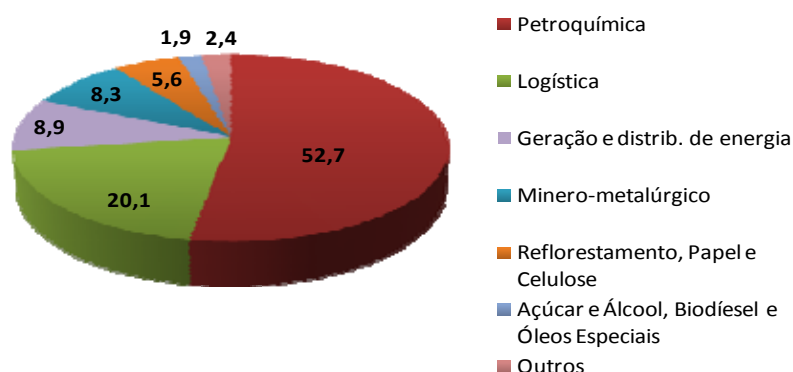
2.4 Perspectivas

As perspectivas para 2010 são extremamente favoráveis no que diz respeito à aceleração da atividade econômica no Estado. Nosso modelo de simulação do PIB maranhense aponta que, após a modesta expansão de 1,7% em 2009, a economia do Estado deverá registrar em 2010 um crescimento de 10,0%, em termos reais. O segmento mais dinâmico na economia maranhense em 2010 deverá ser o de construção civil. O avanço dos novos investimentos e a ampliação do crédito imobiliário, agora abrangendo também os segmentos de menor poder aquisitivo, concorrem para fazer deste setor o responsável pelo maior contingente de contratações, tanto no segmento formal como no segmento informal.

Gráfico 9

**Investimentos em Andamento e Planejados -
Estado do Maranhão (2010-2016) - em % do Total**

De um total de R\$ 66 bilhões de novos investimentos anunciados para o período 2010-2016, 52,7% (R\$ 35 bilhões) relacionam-se com a refinaria Premium da Petrobrás e 20,1% (R\$ 13,2 bilhões) com o setor de logística.



Fonte: IMESC/SEPLAN

Além do efeito multiplicador dos novos investimentos, a expansão da massa salarial e a retomada do crescimento das transferências federais para o Estado devem continuar impulsionando os segmentos do comércio e serviços. Há também o esperado fator eleições, responsável por um aumento na demanda por serviços e produtos dos setores gráfico e têxtil e também criador de vagas temporárias de emprego. No que se refere às condições gerais de crédito, embora este continue em expansão, já existem preocupações no que se refere à elevação do endividamento médio das famílias maranhenses em um contexto de aumento da taxa básica de juros. A elevação do custo financeiro das empresas poderá ser um fator limitante, dependendo da intensidade do esperado ajuste dos juros básicos pelo Comitê de Política Monetária.

3 CONJUNTURA MARANHENSE EM DADOS

3.1 Nível de Atividades

3.1.1 Produção Agrícola

A partir dos dados do Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA) abril de 2010 pode-se ter uma visão geral da estimativa da safra 2009/2010 no Estado do Maranhão. As estimativas revistas ao final do primeiro trimestre indicam uma elevação da produção da ordem de 13,5%, acompanhada de um aumento da produtividade de 4,5% no conjunto das principais lavouras do Estado em comparação com os resultados da safra de 2008/2009 (Tabela 14).

Tabela 14

Estimativa de Área Plantada, Colhida, Produção e Rendimento Médio do Maranhão e Produção Total Brasileira - 2009, Mar e Abr/2010

Produto	MA	Área (mil ha)		Produção Maranhão (mil ton)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Brasil (mil ton)	Produção MA/BR (%)
		Plantada	Colhida				
Soja	2009 (a)	388	388	976	2.513	57.037	1,7
	mar/10 (b)	402	402	1.197	2.974	67.350	1,8
	abr/10 (c)	499	499	1.350	2.703	67.914	2,0
	(c/b)	24,1	24,1	12,8	-9,1	0,8	11,9
	(c/a)	28,6	28,6	38,3	7,6	19,1	16,1
Milho	2009 (a)	374	366	503	1.373	51.042	1,0
	mar/10 (b)	387	387	586	1.514	52.582	1,1
	abr/10 (c)	371	371	581	1.567	53.288	1,1
	(c/b)	-4,2	-4,2	-0,9	3,5	1,3	-2,2
	(c/a)	-0,8	1,3	15,6	14,1	4,4	10,8
Feijão	2009 (a)	97	96	42	859	3.479	1,2
	mar/10 (b)	97	97	46	928	3.559	1,3
	abr/10 (c)	97	97	45	917	3.504	1,3
	(c/b)	-0,2	-0,2	-1,2	-1,2	-1,5	0,4
	(c/a)	0,0	1,6	7,3	6,8	0,7	6,5
Arroz	2009 (a)	485	470	610	1.298	12.609	4,8
	mar/10 (b)	473	473	658	1.392	11.401	5,8
	abr/10 (c)	469	469	639	1.363	11.384	5,6
	(c/b)	-0,8	-0,8	-2,9	-2,1	-0,1	-2,7
	(c/a)	-3,2	-0,1	4,8	5,0	-9,7	16,1
Algodão	2009 (a)	13	13	42	3.303	2.943	1,4
	mar/10 (b)	13	13	43	3.289	3.124	1,4
	abr/10 (c)	13	13	43	3.289	3.120	1,4
	(c/b)	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,1
	(c/a)	1,5	1,5	1,0	-0,4	6,0	-4,7
Mandioca	2010 (a)	192	192	1.281	6.676	26.614	4,8
	mar/10 (b)	212	212	1.672	7.871	27.580	6,1
	abr/10 (c)	211	211	1.612	7.627	27.315	5,9
	(c/b)	-0,5	-0,5	-3,6	-3,1	-1,0	-2,6
	(c/a)	10,2	10,2	25,9	14,2	2,6	22,6
Cana-de-açúcar	2010 (a)	53	46	2.834	61.076	687.077	0,4
	mar/10 (b)	51	51	3.230	63.229	698.431	0,5
	abr/10 (c)	44	44	2.862	65.358	697.699	0,4
	(c/b)	-14,3	-14,3	-11,4	3,4	-0,1	-11,3
	(c/a)	-18,1	-5,6	1,0	7,0	1,5	-0,5

Fonte: IBGE/LSPA/GCEA - abr/2010

Os resultados descritos são ainda insuficientes para reverter as perdas registradas na safra 2008/2009. Esta, seriamente comprometida em função da escassez de financiamentos devida à crise financeira internacional e em função dos impactos das enchentes que afetaram o Estado no primeiro semestre de 2009, registrou uma queda na produção de 13,9% e um recuo na produtividade de 11,1% frente ao período anterior.

Os destaques na safra 2009/2010 no Maranhão são a produção de soja, cuja área plantada, reavaliada a partir do registro de novas áreas principalmente na região de Balsas (Sul do Estado), deve ter se expandido em 28,6% e a produção 38,5%, para 1,35 milhão de toneladas; a lavoura de mandioca, com expansão de 10,2% na área plantada e 25,9% na área produzida, além da lavoura do milho que, não obstante a virtual estabilidade na área plantada (+1,3%), deverá expandir a produção em 7,3%, com base em um significativo ganho de produtividade (+6,8%)

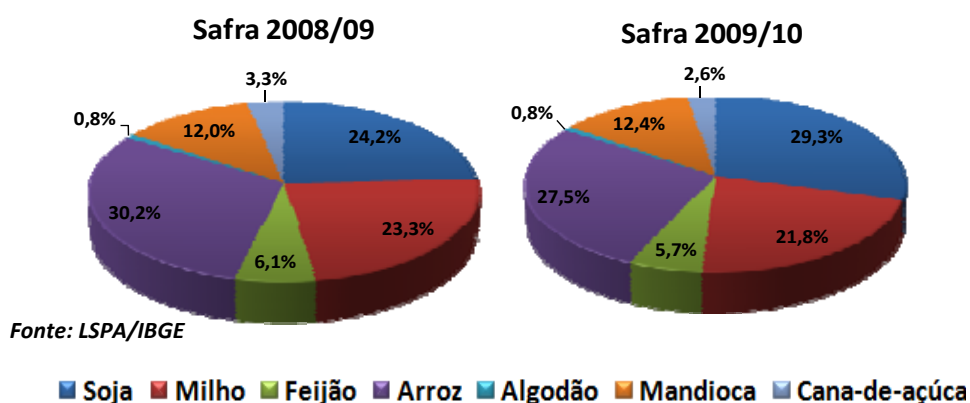
Já a comparação das estimativas de março com as imediatamente anteriores, de fevereiro, mostra os impactos desfavoráveis da estiagem que ocorreu no Estado no primeiro trimestre do ano. Dentre as culturas mais afetadas pela seca estão a soja, o arroz, o feijão e o milho.

O cultivo de soja na região do Baixo Parnaíba, que tem o período de plantio e colheita posterior ao do Sul do Estado, foi particularmente afetado pela estiagem no primeiro trimestre de 2010. Isso pode ser observado a partir da redução esperada de 9,1% no rendimento da soja, registrada entre a estimativa de fevereiro e a de março. Ainda assim, computadas as novas áreas de cultivo a produção de soja no Estado, deverá atingir o patamar inédito de 2,0% da produção brasileira da oleaginosa. A lavoura de feijão teve a estimativa de área plantada/colhida no Estado reduzida em 0,2% (de 97,4 para 97,1 mil ha), enquanto a produção prevista e produção decresceu 1,2% (46 mil para 45 mil ton). A produção brasileira de feijão também foi revista para baixo (3,56 para 3,50 mil ton) e a participação da produção do Maranhão no total do país permaneceu em 1,3%. Dessa forma, a participação do Estado na produção nacional de feijão aumentou de 1,8% para 2,0%. O arroz foi outra cultura muito atingida pela seca. Na estimativa de área plantada/colhida para o Estado houve um decréscimo de 0,8% (473 para 469 mil ha) e a produção esperada foi reduzida em 2,9% (658 para 639 mil ton). A estimativa da produção nacional de arroz também teve um pequeno reajuste para baixo na ordem de 0,1% e a participação do Maranhão no Brasil caiu de 5,8% para 5,6%.

As estimativas da produção de milho que, na LSPA anterior haviam registrado aumento na área plantada/colhida e produção, tiveram em março sua área reduzida em 4,2% (de 387 para 371 mil ha) e uma queda na produção de 0,9% (586 para 581 mil ton). As estimativas para a produção de mandioca também registraram resultados negativos na LSPA de março, a estimativa área plantada/colhida caiu 0,5% (de 212 para 211 mil ha) e a produção foi reduzida em 3,6% (1.672 para 1.612 mil ton). Essas perdas são atribuídas principalmente ao fato de sua cultura ser consorciada à de arroz, milho e, em menor parte, feijão, o que explica também a redução de 3,1% no seu rendimento. A cana-de-açúcar registrou uma redução da área plantada/colhida na ordem de 14,3% (de 51 para 44 mil ha) e a um recuo na produção de 11,4%. As previsões para a lavoura do algodão permaneceram estáveis (a cultura é concentrada em apenas 3 ou 4 produtores).

Gráfico 10

Composição da Área Plantada no Maranhão Por Principais Culturas (Safras 2008/09 e 2009/10)



Em comparação com a safra anterior, as culturas de soja e mandioca registraram crescimento de participação na área plantada, enquanto que as demais recuaram. O aumento de produtividade deverá ocorrer em todas as culturas, em particular nas lavouras de mandioca e milho (**Gráfico 10**).

No geral, as estimativas registradas pela LSPA em março de 2010 reverteram parcialmente as excelentes perspectivas iniciais, diante de um quadro favorável do ponto de vista dos preços das *commodities* agrícolas e da relativa abundância de crédito ao plantio. A queda no rendimento da soja ainda pode ser maior, pois a região de Chapadinha (Nordeste do Estado, onde os efeitos da estiagem foram sentidos mais intensamente) ainda não foi completamente computada na LSPA. Até o mês de junho espera-se uma melhor leitura das conseqüências da estiagem para as culturas do arroz, milho e feijão, especialmente no que se refere ao resultado do replantio em diversas áreas do Estado. Há notícias positivas, entretanto: é provável que ocorra um aumento nas estimativas de

área plantada/colhida do milho, devido o registro de novas áreas produtoras, bem como uma elevação no rendimento da mandioca decorrente da introdução de variedades mais resistentes à umidade.

3.1.2 Consumo de Energia Elétrica

Os dados disponíveis sobre o consumo de energia elétrica no Estado do Maranhão (**Tabela 15**) demonstram que em 2009 houve uma queda do consumo na ordem 6,3% (comparado com 2008), basicamente explicado pela diminuição de 6,1% da demanda da VALE e ALUMAR (servidas pelo sistema ELETRONORTE) que são responsáveis por 90% do consumo de energia no Estado. Os impactos da crise financeira no decorrer do ano de 2009 constituem o fator mais importante para explicar essa redução na demanda de energia. No primeiro trimestre de 2010, o consumo de energia registrou um aumento de 4,7% (comparado com o 1º trimestre de 2009), que se deu em decorrência do aumento da utilização de energia de 4,5% das indústrias extrativas e de 7,4% na indústria de transformação no Estado.

Tabela 15

Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Primárias e Secundárias no Estado do Maranhão de 2007 a 2010* (Valores em GWh)

Atividades	2007	2008	2009	1º Tri 2009	1º Tri 2010	Cres % 08/07	Cres % 09/08	Cres % 10/09
Agricultura, Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal	0,406	0,401	0,410	0,106	0,112	-1,2	2,2	5,1
Indústrias Extrativistas	7.488,9	7.608,2	7.147,9	1.756,7	1.836,2	1,6	-6,1	4,5
ALUMAR	7.085,7	7.201,8	6.964,1	1.713,0	1.776,0	1,6	-3,3	3,7
VALE	403,2	406,4	183,8	43,7	60,2	0,8	-54,8	37,8
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias de Transformação	462,4	430,1	381,9	90,6	97,3	-7,0	-11,2	7,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	118,3	124,2	120,2	28,9	31,4	4,9	-3,2	8,4
Fabricação de Produtos de Madeira	37,9	17,9	10,6	3,3	2,9	-52,7	-41,0	-14,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	12,5	13,8	10,4	2,5	2,1	10,7	-25,1	-13,3
Fabricação de Produtos Químicos	24,0	26,1	33,6	7,1	6,9	8,8	28,7	-1,8
Fabric. de Artigos de Borracha e de Material Plástico	12,1	9,6	6,6	1,3	1,6	-21,0	-31,2	24,1
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	102,0	101,7	105,2	25,0	28,6	-0,3	3,4	14,4
Metalurgia Básica	92,2	64,1	12,4	4,4	3,9	-30,5	-80,6	-11,3
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	15,0	14,4	12,8	3,2	3,1	-4,0	-11,5	-3,2
Construção	10,4	16,8	33,7	6,8	8,6	61,2	100,5	25,9
Sub Total	424,6	388,7	345,5	82,6	89,2	-8,4	-11,1	8,0
Outros	37,8	41,4	36,4	8,0	8,1	9,6	-12,1	1,1
Total	7.951,6	8.038,7	7.530,1	1.847,4	1.933,6	1,1	-6,3	4,7

Fonte: Cemar *1º trimestre

A indústria de transformação registrou em 2009 uma queda de 11,2% no consumo de energia elétrica em comparação com o ano anterior. Apenas os setores *fabricação de produtos de minerais não-metálicos* (+3,4%) e o setor de *Construção* (+100,5%) tiveram resultados positivos na comparação 2009/2008. Já no 1º trimestre de 2010 a indústria de transformação registrou um crescimento de 7,4%, decorrente da elevação do consumo de *Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas* (+8,4%), *Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico* (+24,1%), *Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos* (+14,4%) e *Construção* (+25,9%). Cabe destacar que setor de *Construção* vem apresentando crescimento vigoroso do uso de energia elétrica no Estado desde o ano de 2007.

As atividades agropecuárias aumentaram a demanda de energia elétrica em 2,2% na comparação 2009/2008. Já no 1º trimestre de 2010 o crescimento alcançado foi de 5,1% (em relação ao 1º trimestre de 2009).

Tabela 16

Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Terciárias no Estado do Maranhão de 2007 a 2010* (Valores em GWh)

Atividades	2007	2008	2009	1º Tri 2009	1º Tri 2010	Cres % 08/07	Cres % 09/08	Cres % 10/09
Comércio, Reparação de Veículos Automotores	325,7	342,8	352,6	81,6	97,9	5,2	2,9	19,9
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	45,9	48,6	50,0	11,5	13,9	5,9	2,8	21,1
Alojamento e Alimentação	82,5	87,0	88,3	20,9	24,4	5,5	1,5	16,4
Transporte, Armazenagem e Comunicações	56,6	61,7	65,4	14,6	16,0	9,0	6,0	9,6
Saúde e Serviços Sociais	45,1	46,9	49,6	11,3	13,0	4,0	5,7	15,6
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência	35,9	36,9	38,1	8,6	10,1	3,0	3,1	17,3
Educação	23,3	25,0	26,6	5,3	6,3	7,1	6,2	20,7
Atividades Imobiliárias, Aluguéis	18,3	21,0	32,7	7,4	8,5	14,9	55,6	14,8
Outros	0,1	0,2	0,4	0,1	0,1	65,5	53,8	40,4
Total	633,5	670,3	703,8	161,4	190,4	5,8	5,0	18,0

Fonte: Cemar *1º trimestre

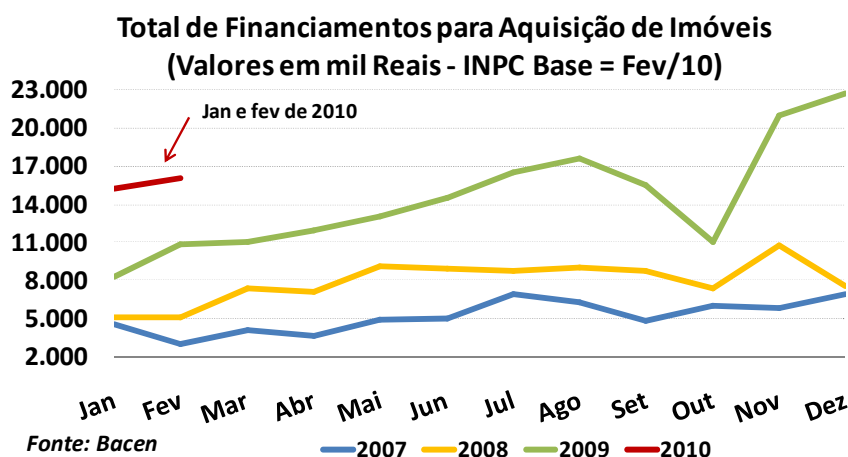
Em 2009, o consumo de energia elétrica nas atividades terciárias no Estado do Maranhão registrou um crescimento de 5,0%, mantendo praticamente no mesmo patamar o desempenho de 2008 (+5,8%), mesmo diante da desaceleração da economia por conta da crise externa, da contração do crédito e das menores transferências de recursos federais (Tabela 16). Como destaque no ano de 2009 tem-se a forte elevação da demanda por energia das atividades imobiliárias, com aumento de 55,6%. Já no 1º trimestre de 2010 o consumo de energia elétrica nas atividades terciárias registrou uma elevação de 18,0% em relação ao mesmo período de 2009, com destaque para os segmentos de educação (+20,7%) e comércio (+19,9%).

3.1.3 Construção Civil

Financiamento Imobiliário

A partir do Gráfico 11 pode-se observar as elevadas taxas de crescimento do financiamento setor imobiliário no Estado do Maranhão dos anos 2007 a 2009.

Gráfico 11



De acordo com os dados do Sistema Brasileiro de Pagamentos e Empréstimos (SBPE), divulgados pelo Banco Central (BACEN), o total de financiamentos para a aquisição de imóveis no Estado do Maranhão totalizou R\$ 170,9 milhões em 2009 (valores reais inflacionados pelo INPC), registrando uma taxa de expansão de 83,7% em relação ao ano anterior.

Entre 2007 a 2009 a taxa de crescimento real dos financiamentos imobiliários no Estado foi 90,8% a.a., enquanto o Nordeste cresceu à taxa de 56,8% a.a. e o país à taxa de 41,6% a.a. Na comparação do primeiro bimestre de 2010 com o mesmo período de 2009 o Maranhão apresentou uma elevação na captação de financiamentos de 64,0% em termos reais, enquanto o Nordeste cresceu 63,4% e o Brasil 63,2%, no mesmo período (Tabela 17).

Tabela 17

**Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis
MA, NE e BR (Valores Constantes em R\$ Milhões
Inflacionados pelo INPC)**

Ano	Total			% Part	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	60,6	857,5	10.198,1	7,06	0,59
2008	93,1	1.317,6	14.676,2	7,06	0,63
2009	170,9	2.107,9	20.444,7	8,11	0,84
1º bi/09	19,1	242,7	2.273,4	7,86	0,84
1º bi/10	31,3	396,6	3.709,8	7,89	0,84
07 a 09 % a.a.	90,8	56,8	41,6	-	-
2009 sobre 2008	83,7	60,0	39,3	-	-
1º bi/10 sobre 1º bi/09	64,0	63,4	63,2	-	-

Fonte: SBPE/Bacen

No que diz respeito à participação percentual do Maranhão na concessão de financiamentos imobiliários no Nordeste e no país temos as seguintes conclusões: em 2007 e 2008 o Maranhão deteve uma participação de 7,06% no Nordeste, que se elevou a 8,11% em 2009. No primeiro bimestre de 2010 esse percentual atingiu de 7,89% contra 7,86% registrado no mesmo mês do ano anterior.

Consumo Aparente de Cimento

O consumo aparente de cimento no Estado do Maranhão registrou taxas de expansão anual superiores a 16,0% desde 2006. No 1º bimestre de 2010, em um contexto de aceleração dos investimentos, o indicador registrou crescimento de 30,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Ainda na comparação com mesmo período do ano passado, a participação do Estado na região Nordeste oscila para 11,1% e em relação ao Brasil cresce para 2,3% (Tabela 18).

Na tabela ao lado vemos que o consumo aparente de cimento no Maranhão cresceu à taxa de 16,9% em 2009, mantendo o bom desempenho do triênio anterior. Entre 2001 e 2009 o indicador avançou à taxa média de 9,7% ao ano no Maranhão, superando a região Nordeste (5,2% a.a.) e a média nacional (3,8% a.a.). Em função disto a participação do Maranhão vem crescendo, tanto no Nordeste como no nível nacional: em 2000 a participação na região Nordeste era de 8,0% e no Brasil era de 1,4%; em 2009 estes percentuais aumentaram para 11,2% e 2,2%, respectivamente.

Tabela 18

**Consumo Aparente de Cimento MA,
NE e BR (em 1.000 ton)**

Ano	MA	NE	BR	MA(%) ano a ano	MA/ NE	MA/ BR
2001	534	6.713	38.398	-	8,0	1,4
2002	568	6.746	37.978	6,4	8,4	1,5
2003	305	6.868	34.475	-46,3	4,4	0,9
2004	531	5.695	34.176	74,1	9,3	1,6
2005	579	5.830	35.645	9,0	9,9	1,6
2006	694	6.756	38.534	19,9	10,3	1,8
2007	817	7.928	45.003	17,7	10,3	1,8
2008	960	9.303	51.170	17,5	10,3	1,9
2009	1.122	10.054	51.588	16,9	11,2	2,2
1º bi/09	153	1.505	7.544	-	10,2	2,0
1º bi/10	200	1.801	8.528	30,1	11,1	2,3
01 a 09 % a.a.	9,7	5,2	3,8	-	-	-

Fonte: SNIC

3.1.4 Evolução das Vendas do Comércio

O ano de 2010 vem apresentando bons resultados no comércio varejista do Estado do Maranhão. De acordo com levantamento do IBGE, o indicador do volume de vendas do comércio varejista registrou em março de 2010 uma expansão de 2,9% em comparação com o mês anterior (com ajuste sazonal), sendo que no bimestre anterior, o indicador já havia registrado expansão de 13,8%. Já na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o indicador cresceu 19,1% em março, ampliando os bons resultados registrados no bimestre anterior.

Tabela 19

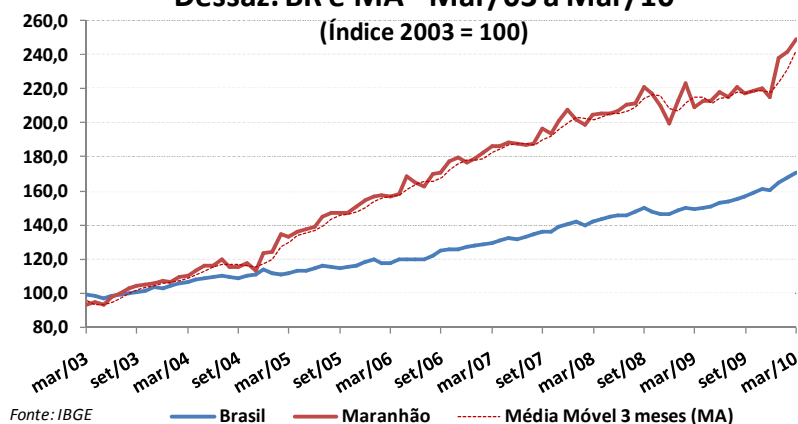
**Índice de Volume de Vendas no
Comércio Varejista dessaz. MA e BR
(Número Índice 2003=100)**

Mês/Ano	Contra o mês anterior		Contra o mesmo mês do ano anterior		12 meses conta igual período do ano anterior	
	MA	BR	MA	BR	MA	BR
jan/09	6,4	1,1	5,2	4,3	-0,8	-0,9
fev/09	5,1	1,1	12,3	7,5	-0,8	-1,2
mar/09	-6,4	-0,3	2,1	5,1	-1,4	-1,7
abr/09	1,7	0,1	3,4	4,1	-1,8	-2,1
mai/09	-0,2	0,5	3,5	3,9	-2,4	-2,7
jun/09	2,4	1,9	5,2	5,1	-3,0	-3,0
jul/09	-1,3	0,5	2,1	5,6	-3,8	-3,4
ago/09	3,0	0,9	4,6	5,3	-4,8	-3,8
set/09	-1,9	0,8	-1,9	4,4	-5,7	-4,0
out/09	0,7	1,7	0,7	7,6	-5,7	-3,6
nov/09	0,9	1,2	5,1	10,2	-4,5	-3,2
dez/09	-2,4	-0,6	7,7	9,2	-4,8	-2,8
jan/10	10,5	3,1	11,9	11,3	-5,2	-2,5
fev/10	1,7	1,8	8,3	12,0	-4,1	-1,9
mar/10	2,9	1,6	19,1	14,2	-2,9	-1,0

Fonte: IBGE

Gráfico 12

**Evolução do Volume de Vendas do Comércio -
Dessaz. BR e MA - Mar/03 a Mar/10
(Índice 2003 = 100)**



Entre janeiro de 2005 e outubro de 2008 enquanto o indicador relativo ao volume de vendas do comércio do Maranhão se expandia à taxa de 16,0% ao ano em média, no caso do nível nacional a expansão registrada foi de 7,5% ao ano. Os bons números do Estado podem ser atribuídos à forte elevação da massa de rendimentos da população, derivada da melhoria do emprego e também das transferências de recursos federais, em especial do Programa Bolsa Família

No final de 2008 assistimos a uma abrupta queda no indicador, devido à deflagração da crise financeira mundial. A recuperação torna-se nítida no caso nacional já no segundo trimestre de 2009, enquanto que no Maranhão, mais afetado pela crise que a média nacional, a recuperação só se confirmou no quarto trimestre de 2009.

3.1.5 Inadimplência

Na Tabela 20 podemos ver a trajetória recente dos indicadores de inadimplência do Serasa-Experian no Maranhão. A proporção de cheques sem fundo em relação ao total de emitidos reduziu-se de forma contínua de 21,7% em março de 2009 para 16,9% em março de 2010.

Em março, em parte devido a fatores sazonais, registrou-se um aumento no percentual de cheques sem fundos (em relação ao total de emitidos) de 7,3% se comparado com o mês anterior.

Na comparação contra o mesmo mês do ano anterior, houve um recuo de 25,0% e na comparação com o mesmo trimestre de 2009 a queda foi de 23,0%.

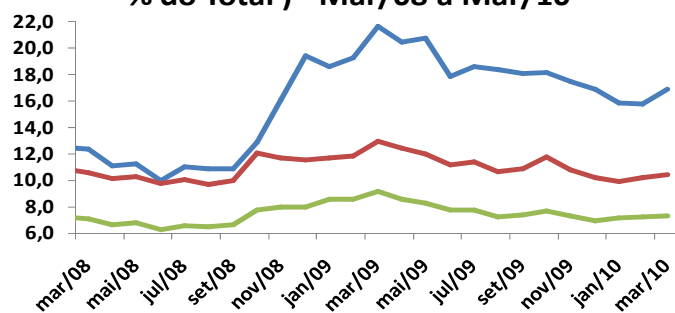
Tabela 20
Cheques Devolvidos sem Fundos no Maranhão

Mês / Ano	Proporção de cheques sem fundos do total de emitidos	Variação sobre o mês anterior	Variação sobre o mesmo mês do ano anterior	Variação sobre o mesmo trimestre do ano anterior
mar/09	21,7	12,4	61,9	31,1
abr/09	20,5	-5,4	71,4	42,6
mai/09	20,8	1,5	50,0	61,1
jun/09	17,9	-13,9	46,3	55,9
jul/09	18,6	3,9	44,4	46,8
ago/09	18,4	-0,9	55,8	48,7
set/09	18,1	-1,6	47,9	49,2
out/09	18,2	0,4	19,7	39,0
nov/09	17,5	-4,0	12,0	25,0
dez/09	17,0	-3,1	-14,0	4,1
jan/10	15,9	-6,1	-22,1	-9,8
fev/10	15,8	-0,8	-21,2	-19,0
mar/10	16,9	7,3	-25,0	-23,0

Fonte: Serasa Experian

Gráfico 13

Cheques sem Fundos MA, NE e BR (em % do Total) - Mar/08 a Mar/10



Fonte: Serasa Experian

A melhora continua no percentual de cheques sem fundos observada a partir do primeiro trimestre de 2009 acompanhou tendência nacional. Vemos no gráfico ao lado que a partir do último trimestre de 2008 o Maranhão “descolou” da média nordestina neste indicador e permanece bastante acima da região e do país.

3.1.6 Constituição e Extinção de Empresas

A **Tabela 21** traz uma compilação do quantitativo da Constituição e Extinção de Empresas no Estado do Maranhão durante os anos 2000 a 2009. Tanto o registro de novas empresas como a extinção tem sido crescente no decorrer da década. Para o período, tem-se uma média de 7,7 mil novas empresas e 1,4 mil extinções por ano, o que resultou na criação líquida de 6,4 mil empresas por ano no Estado.

Tabela 21

Constituição e Extinção de Empresas no Maranhão de 2000 a 2009
(Total e % em relação ao Brasil)

Ano	Constituição (A)	%	Extinção (B)	%	(A) - (B)
2000	6.994	1,52	909	0,91	6085
2001	8.841	1,80	1.003	1,22	7.838
2002	6.841	1,54	1.204	0,88	5.637
2003	6.423	1,36	1.121	0,91	5.302
2004	6.139	1,33	1.191	0,90	4.948
2005	7.693	1,57	1.232	1,03	6.461
2006	7.337	1,57	1.369	1,15	5.968
2007	8.433	1,59	1.638	0,96	6.795
2008	8.206	1,38	1.826	0,89	6.380
2009	10.576	1,70	2.164	1,06	8.412
Média 00-09	7.748,3	1,5	1.365,7	1,0	6.382,6

Fonte: Jucema

Tabela 22

Constituição e Extinção de Empresas no Maranhão de 2000 a 2009 (Var %)

Ano	Constituição (A)	Extinção (B)	(A) - (B)
2001/2000	26,4	10,3	28,8
2002/2001	-22,6	20,0	-28,1
2003/2002	-6,1	-6,9	-5,9
2004/2003	-4,4	6,2	-6,7
2005/2004	25,3	3,4	30,6
2006/2005	-4,6	11,1	-7,6
2007/2006	14,9	19,6	13,9
2008/2007	-2,7	11,5	-6,1
2009/2008	28,9	18,5	31,8

Fonte: Jucema

Uma análise da evolução da Constituição e Extinção de Empresas no Maranhão, entre 2000 e 2009, mostra que apesar de ter apresentado crescimento, o quantitativo de criação de empresas no Estado apresentou-se bastante volátil durante a década e que as extinções vêm crescendo continuamente. Conseqüentemente o saldo da criação de empresas também se apresenta bastante oscilante. Um aspecto interessante é que em 2009, mesmo diante da desaceleração econômica provocada pela crise externa, registrou-se um recorde tanto na criação quanto na extinção de empresas no Estado.

3.1.7 Investimentos

Dentre os novos investimentos anunciados, o de maior envergadura é a Refinaria Premium da Petrobrás, a ser implantada no município de Bacabeira (o Terminal de estocagem e embarque de petróleo e derivados deverá ser construído no Distrito Industrial de São Luís), um projeto estimado em US\$ 19,8 bilhões (R\$ 35,0 bilhões, ou cerca de 1,2 vezes o PIB do Estado), que deverá impactar fortemente os segmentos de construção civil, metalurgia mecânica, serviços de alojamento, alimentação e logística na região metropolitana de São Luís ao longo dos seis anos estimados para sua implantação. Já a Hidrelétrica de Estreito, em fase de finalização em 2010, orçada em R\$ 3,6 bilhões, está a cargo do Consórcio Estreito de Energia (CESTE), do qual fazem parte a Companhia Vale do Rio Doce, Billington, Camargo Correia, Tractebel e Alcoa. Entre os novos projetos planejados temos também a expansão do Porto do Itaqui em cooperação com o Governo do Japão, assim como a construção de uma aciaria em Açailândia, um projeto do grupo Ferroeste, estimado em R\$ 300 milhões.

A VALE e ALUMAR, as duas grandes empresas extrativistas do Estado, têm projetos em fase de implantação com gastos estimados em R\$ 12,0 bilhões e R\$ 4,5 bilhões, respectivamente. A ampliação da refinaria da Alumar encontra-se já em sua fase final, enquanto que o projeto de expansão da VALE deverá se alongar por pelo menos mais três anos.

A **Tabela 23** traz a compilação e detalhamento das grandes obras previstas para o período 2010 a 2016, sumarizadas pelo segmento a que pertencem. Vemos que os segmentos de Petroquímica, logística e geração e distribuição de energia, representam em conjunto cerca de 81,7% dos investimentos anunciados¹.

¹ - Queremos registrar o agradecimento aos esforços de pesquisa de Adriana Rabelo e Safira Lima, alunas do curso de ciências Econômicas da UFMA e pesquisadoras do GACE, que contribuíram de forma decisiva para esta seção.

Tabela 23
Investimentos em Andamento e Planejados - Estado do Maranhão
(2010-2016) - R\$ Mil

Segmento	Projeto	Empresas	INVESTIMENTO ESTIMADO (R\$ Mil)	% do Total	Empregos	
					Implan- tação	Opera- ção
Petroquímica	Refinaria Premium I.	PETROBRAS	35.000.000	52,7	130.000	1.500
Logística	Prolongamento e duplicação da ferrovia Carajás, ampliação do Terminal Ferroportuário de Ponta da Madeira, construção do píer IV do Porto do Itaqui.	VALE, VALEC, EMAP, PAC.	13.377.000	20,1	20.200	800
	Ferrovia Norte-Sul, duplicação da BR-135.					
Geração e distribuição de energia	UHE Estreito, UTE Itaqui, UTE Geranorte, transmissão de energia elétrica.	CESTE, MPX, CEMAR/SUDENE, Governo Federal	5.911.000	8,9	15.000	1.750
Minero-metalúrgico	Expansão ALUMAR, Gusa Nordeste, aciaria, beneficiamento de alumínio, rodas de alumínio.	ALUMAR, FERROESTE, Grupo Brasil/Alujet	5.540.000	8,3	14.000	1.000
Reflorestamento, Papel e Celulose	Suzano Papel e Celulose.	Suzano Papel e Celulose	3.750.000	5,6	18.500	1.500
Açúcar e Álcool, Biodiesel e Óleos	Complexo sucroalcoleiro, cana de açúcar, biodiesel.	Empresa G5	1.252.687	1,9	13.500	600
Construção civil - imobiliário	PAC Rio Anil, bloco estrutural.	Governos Federal e Estadual	552.500	0,8	8.000	-
Indústria de alimentos e bebidas	Massas, biscoitos, bebidas, laticínios, frigorífico, carnes e embutidos.	AMBEV	385.026	0,6	2.000	900
Cadeia da Soja	Esmagadora de soja, avicultura.	ABC Inco / ALGAR, Notaro Alimentos	366.000	0,6	3.800	500
Química	Fertilizantes, fármacos.		127.510	0,2	1.300	150
Produção de sementes, fruticultura	Sementes de pastagem, fruticultura.		40.215	0,1	450	300
Comércio	Expansão Supermercado Mateus.	Mateus Supermercados	30.000	0,0	850	300
Outros	Pesquisas minerais, movelaria, couro, fabricação de máquinas e usinagem.		103.893	0,2	2.500	600
Total	-	-	66.435.831	100,0	223.500	9.900

Fonte: IMESC/SEPLAN, Secretaria da Indústria e Comércio MA.

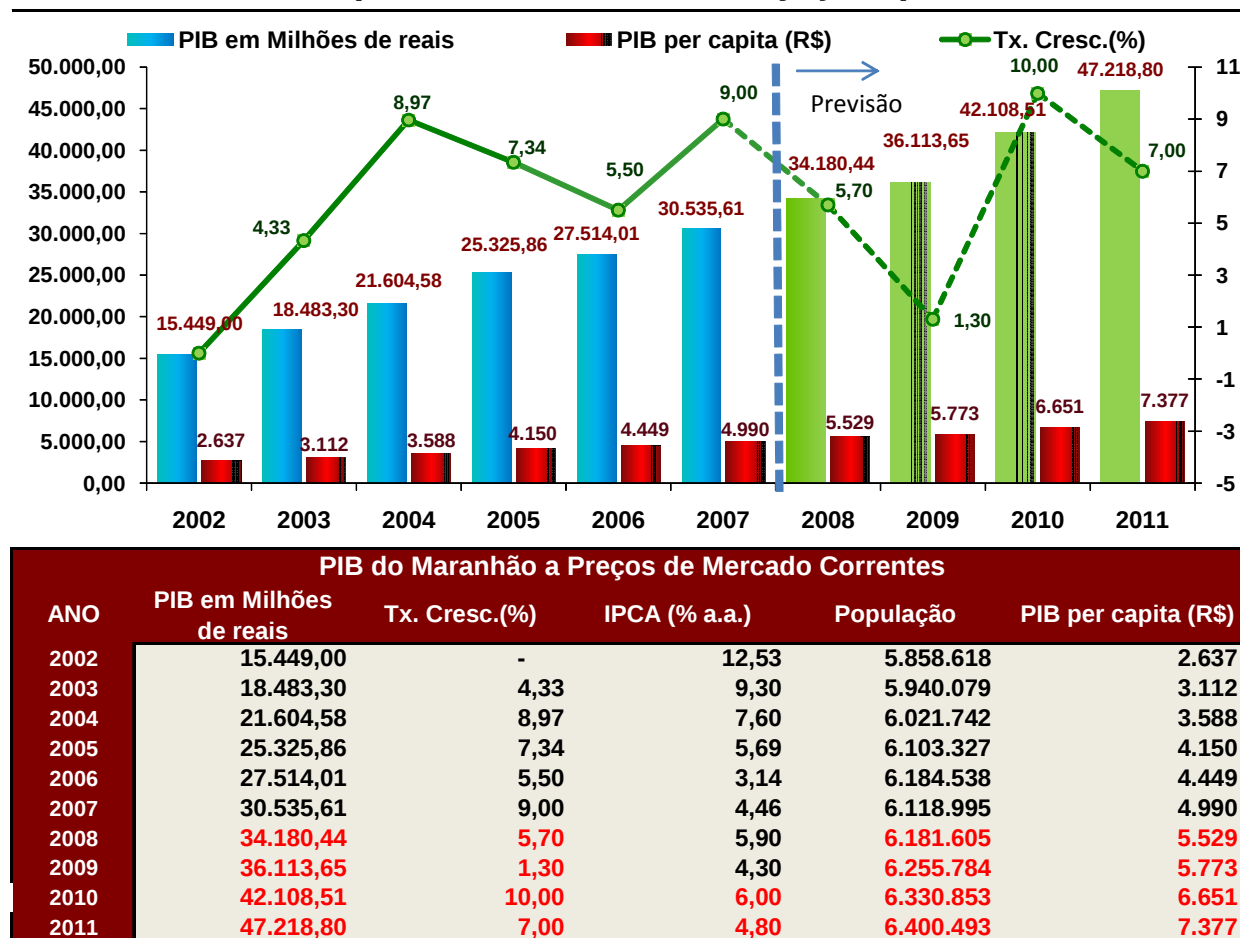
OBS. O valores relativos aos diversos empreendimentos foram obtidos a partir de informações das empresas, apresentações oficiais e notícias em jornais e revistas. Os empregos diretos e indiretos, quando não mencionados diretamente, foram estimados pelos autores a partir de correlações com empreendimentos de natureza similar.

3.1.8 Produto Interno Bruto

Nossas simulações apontam que em 2009 o PIB estadual deve ter registrado uma expansão de 1,7%, na qual os maus resultados da atividade industrial e da produção agrícola foram compensados pela continuidade da expansão do setor terciário, em grande parte devida à sustentação da massa de rendimentos e da despesa pública no Estado. Em 2010 a expansão do PIB do Estado deverá se aproximar do patamar de 10,0%, em parte devido à fraca base de comparação de 2009 e em parte devido à recuperação da produção voltada para exportação, de um lado e, de outro, em função dos efeitos multiplicadores dos novos investimentos em infraestrutura e no segmento imobiliário. Em 2011, salvo uma inesperada deterioração no comércio internacional em função dos desdobramentos da crise européia, novamente os novos investimentos no Estado deverão sustentar uma taxa de expansão do PIB Maranhense de 7,0% a.a..

Gráfico 14

PIB do Estado do Maranhão a Preços de Mercado Correntes **(Série 2002 - 2007 e Projeções)**



Fonte: IMESC / IBGE

(Obs: Números em vermelho indicam projeções IMESC.)

Na **Tabela 24** vemos a composição setorial do valor adicionado bruto na economia maranhense no período 2002 e 2007. Os valores a preços constantes mostram o aumento da participação do setor agropecuário de 16,2% do VA em 2006 para 18,6% em 2007, cuja principal influência veio da silvicultura e exploração vegetal (atividade ligada ao complexo minero-exportador). A indústria ganhou participação, especialmente a indústria de transformação (destaque para as indústrias metalúrgica, mecânica e de alimentos e bebidas). No setor de terciário, o destaque fica para o aumento do peso das atividades de *comércio, alojamento e alimentação e serviços prestados às famílias*. Conforme discutido na seção **2.1 Antecedentes: fontes de dinamismo da economia maranhense na última década**, a liderança do crescimento no quinquênio 2002 a 2007 relaciona-se à dinâmica das atividades minero-metalúrgicas voltadas às exportações (agropecuária, indústrias metalúrgica e mecânica), os programas de transferência de renda com forte expressão no Estado e o avanço do crédito ao consumo.

A economia maranhense sofreu de forma acentuada a desaceleração da atividade econômica decorrente do aprofundamento da crise financeira internacional após a quebra do banco de Investimentos Lehman Brothers, em setembro de 2008. As razões para esta acentuada transmissão do ciclo externo para a economia maranhense devem-se à sua vulnerabilidade às oscilações de preços das *commodities* no mercado internacional, dado o seu

elevado coeficiente de abertura externa² e a grande concentração de sua pauta de exportações em três commodities (ferro, alumínio e soja).

Tabela 24

Valor Adicionado Bruto e Participação do VA por Setor - Maranhão (R\$ Milhões a Preços de 2007* e % setorial)

Valor Adicionado Bruto por Setor de Atividade	2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	VA	part. %	VA	part. %	VA	part. %	VA	part. %	VA	part. %	VA	part. %
MARANHÃO	14.146	100,0	17.070	100,0	19.692	100,0	22.870	100,0	25.705	100,0	28.321	100,0
Agropecuária	2.290	16,2	3.016	17,7	3.576	18,2	4.066	17,8	4.277	16,6	5.271	18,6
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	1.485	10,5	2.011	11,8	2.454	12,5	2.795	12,2	2.984	11,6	3.996	14,1
Pecuária e pesca	805	5,7	1.005	5,9	1.122	5,7	1.272	5,6	1.293	5,0	1.274	4,5
Indústria	2.362	16,7	3.192	18,7	3.426	17,4	3.934	17,2	5.038	19,6	5.069	17,9
Indústria extrativa mineral	42	0,3	218	1,3	386	2,0	444	1,9	450	1,8	365	1,3
Indústrias de transformação	1.038	7,3	1.596	9,4	1.473	7,5	1.619	7,1	2.442	9,5	2.294	8,1
Construção	1.027	7,3	1.081	6,3	1.150	5,8	1.395	6,1	1.537	6,0	1.804	6,4
SIUP	259	1,8	295	1,7	414	2,1	471	2,1	604	2,4	595	2,1
Serviços	9.492	67,1	10.857	63,6	12.701	64,5	14.866	65,0	16.400	63,8	17.984	63,5
Com. e serviços de manutenção e reparação	1.946	13,8	2.359	13,8	2.777	14,1	3.792	16,6	3.732	14,5	4.146	14,6
Serv. de alojamento e alimentação	161	1,1	215	1,3	278	1,4	338	1,5	414	1,6	479	1,7
Transportes, armazenagem e correio	1.055	7,5	1.022	6,0	1.613	8,2	1.766	7,7	1.815	7,1	1.824	6,4
Serviços de informação	352	2,5	417	2,4	469	2,4	567	2,5	566	2,2	640	2,3
Intermediação financeira	444	3,1	473	2,8	492	2,5	638	2,8	727	2,8	847	3,0
Ser. prestados às famílias e associativos	185	1,3	210	1,2	256	1,3	238	1,0	455	1,8	501	1,8
Serviços prestados às empresas	262	1,9	403	2,4	482	2,5	508	2,2	704	2,7	541	1,9
Atividades imobiliárias e aluguel	1.539	10,9	1.669	9,8	1.814	9,2	1.967	8,6	2.116	8,2	2.334	8,2
Administração, saúde e educação públicas	3.002	21,2	3.508	20,6	3.838	19,5	4.368	19,1	5.126	19,9	5.851	20,7
Saúde e educação mercantis	323	2,3	341	2,0	343	1,7	320	1,4	334	1,3	368	1,3
Serviços domésticos	218	1,5	246	1,4	331	1,7	370	1,6	404	1,6	462	1,6

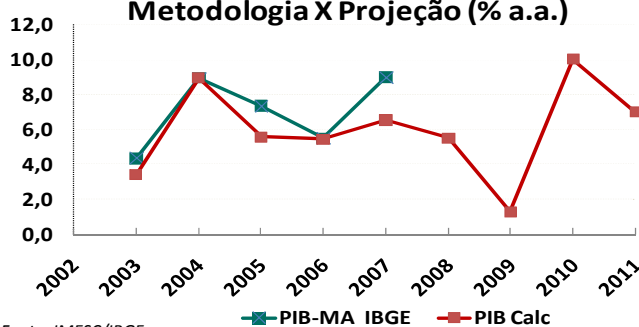
Fonte: IBGE/IMESC

* Preços dos anos anteriores inflacionados pelo deflator implícito do PIB acumulado até 2007.

Há vulnerabilidade também pelo fato de a economia maranhense ser altamente dependente de transferências de recursos federais (em grande parte constituídas pela arrecadação de impostos e contribuições com grande sensibilidade ao ciclo econômico, como é o caso dos fundos de participação e das contribuições sociais). Se a fredda foi abrupta, também a recuperação mostra sinais de ser bastante rápida: estimamos para 2010 uma forte aceleração da atividade econômica no Estado, o que, somado à fraca base de comparação de 2009, deverá levar a uma taxa de crescimento ao redor de 10,0% ao ano (Gráfico 15).

Gráfico 15

Taxa de Crescimento PIB-MA Nova Metodologia X Projeção (% a.a.)



Fonte: IMESC/IBGE

Nosso modelo de projeção para o PIB compõe-se de 4 variáveis (Gráfico 15):

- Vendas físicas do comércio;
- Consumo de energia elétrica industrial;
- Evolução das despesas públicas estaduais; e
- Evolução do valor real das exportações.

² - O coeficiente de abertura é medido pela relação entre a corrente de comércio (soma das exportações importações) e o PIB (Produto Interno Bruto). O Maranhão, cujo coeficiente de abertura é de 0,4, constituía o quarto Estado de maior abertura em 2008, sendo o maior do Nordeste.

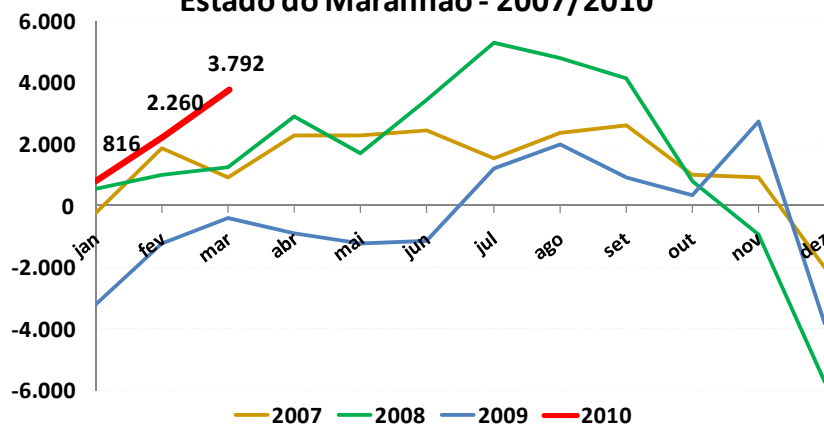
3.2 Mercado de Trabalho

3.2.1 Empregos Formais (CAGED)

O mercado de trabalho formal maranhense exibiu um excelente desempenho no primeiro trimestre de 2010. No período as contratações líquidas se elevaram em 6.868 postos de trabalho, um resultado diametralmente oposto às 4.784 demissões líquidas observadas no Estado no primeiro trimestre de 2009, quando da fase crítica dos impactos da crise financeira internacional sobre o Estado.

Gráfico 16

Geração de postos de trabalho formais no Estado do Maranhão - 2007/2010



Fonte: MTE/CAGED

A arrancada das contratações formais no Estado no primeiro trimestre de 2010 supera com larga vantagem os anos de 2007 e 2008 e reverte os maus resultados do início de 2009, quando dos impactos mais adversos da crise financeira internacional sobre a economia do Estado.

Tabela 25

Evolução do Mercado de Trabalho Formal no Maranhão entre o 1º Trimestre de 2008 e o 1º Trimestre de 2010, Segundo Subsetores de Atividade

Subsetores de atividade	1ºtri 2008	1ºSem 2008	2ºSem 2008	Total 2008	1ºtri 2009	1ºSem 2009	2ºSem 2009	total 2009	jan/10	fev/10	mar/10	1ºtri 2010	Var abs 1ºtri 10/08	Var abs 1ºtri 10/09
Extrativa mineral	73	118	-223	-105	5	74	47	121	10	1	3	14	-59	9
Ind. Transformação	353	2.248	44	2.292	-1.001	-861	159	-702	201	-57	696	840	487	1.841
Indústria metalúrgica	18	-98	-384	-482	-747	-1.206	121	-1.085	148	101	11	260	242	1.007
Indústria mecânica	-34	597	372	969	-67	57	188	245	-109	5	-4	-108	-74	-41
Indústria de calçados	-1	0	1	1	0	-4	-2	-6	0	-2	1	-1	0	-1
Indústria de Alimentos	541	1.607	-823	784	559	565	-1.463	-898	43	-128	646	561	20	2
Outras Industrias	-40	-93	-71	-164	122	152	-36	1.036	-30	6	43	19	59	-103
S.I.U.P ¹	-40	-93	-71	-164	122	152	-36	116	-30	6	-2	-26	14	-148
Construção civil	294	2.558	7.592	10.150	-2.181	-3.677	-350	-4.027	840	790	997	2.627	2.333	4.808
Comércio	397	1.462	3.906	5.368	-227	-169	3.366	3.197	-1	350	966	1.315	918	1.542
Comércio varejista	-273	545	3.083	3.628	-765	-766	2.799	2.033	-55	-13	888	820	1.093	1.585
Comércio atacadista	670	917	823	1.740	538	597	567	1.164	54	363	78	495	-175	-43
Serviços	1.362	2.860	1.895	4.755	-777	-2.366	321	-2.045	157	800	767	1.724	362	2.501
Transportes e comunicações	245	595	560	1.155	-958	-1.854	-643	-2.497	-20	183	144	307	62	1.265
Alojamento, alimentação, etc.	420	280	957	1.237	121	-1.006	-622	-1.628	274	422	-10	686	266	565
Outros Serviços	697	1.985	378	2.363	60	494	1.586	2.080	-97	195	134	232	-465	172
Administração Pública	156	170	-22	148	215	243	-158	85	-9	-8	-10	-27	-183	-242
Agropecuária	222	1.553	-4.653	-3.100	-1.003	-1.511	-18	-1.529	-352	378	427	453	231	1.456
Total	2.817	10.876	8.468	19.344	-4.847	-8.115	3.331	-4.784	816	2.260	3.792	6.868	4.051	11.715

Fonte: RAIS/M.T.E/CAGED

1 - Serviços Industriais de Utilidade Pública

Na Tabela 25 vemos que a principal contribuição deu-se no subsetor da construção civil, no qual foram criados 2.627 novos postos de trabalho, um reflexo das obras de infra-estrutura e do grande dinamismo do

mercado imobiliário no Estado. O segundo subsetor que mais contribuiu para a retomada do emprego formal no Estado no primeiro trimestre de 2010 foi o de serviços, com a contratação líquida de 1.724 pessoas.

O destaque no subsetor de serviços ficou por conta da abertura de 696 novos postos de trabalho no segmento de serviços de alojamento e alimentação, além da recuperação expressiva no segmento de transportes (307 novas vagas). O segmento do comércio registrou a abertura líquida de 1.315 postos de trabalho formal, concentrados no segmento varejista (que mostrou grande vitalidade em março), enquanto que a atividade industrial também deu mostras de aceleração com a contratação líquida de 561 pessoas no ramo da indústria de alimentos e de 260 pessoas no segmento metalúrgico. Na comparação com o primeiro trimestre de 2008, período também caracterizado por forte dinamismo no mercado de trabalho, vemos que houve uma aceleração nas contratações generalizada do ponto de vista setorial.

Tabela 26

Mercado de Trabalho - 15 Maiores e 10 Menores Contratações Líquidas Segundo Subsetores de Atividade, por Municípios Maranhenses no 1º Trimestre de 2010

Municípios	Extr. Mine- ral	Indústria de transformação					SIUP ¹	Const. Civil	Comércio			Servi- ços	Adm. Pública	Agricul- tura	Total
		Meta- lúrgica	Mecâ- nica	Alim.e Bebidas	Outras	Total			Varejo	Ata- cado	Total				
Maranhão	14	260	-108	561	127	840	-26	2.627	820	574	1.394	1.593	-27	453	6.868
Sao Luis	9	-39	-105	88	-1	-57	20	958	722	109	831	1.054	-6	-33	2.776
Estreito	1	0	0	13	-14	-1	8	1.243	-13	0	-13	-18	0	-2	1.218
Açailândia	0	256	6	5	33	300	1	297	-29	-6	-35	-93	0	256	726
Sao Raimundo das Mangabeiras	-1	0	0	582	0	582	0	0	3	0	3	-5	0	-1	578
Balsas	-2	18	0	18	10	46	0	-59	100	172	272	43	0	131	431
Sao Jose de Ribamar	0	19	-8	7	29	47	1	39	66	-3	63	158	0	1	309
Imperatriz	-1	-10	-1	-151	78	-84	-5	98	-35	-18	-53	184	0	55	194
Urbano Santos	0	0	0	0	0	0	0	1	9	0	9	7	0	162	179
Timon	0	-3	0	-3	35	29	-1	106	26	-2	24	1	0	5	164
Tasso Fragoso	0	0	0	1	0	1	0	0	-1	78	77	1	0	55	134
Campestre do Maranhão	0	0	0	-4	0	-4	0	5	3	0	3	1	0	117	122
Governador Edison Lobão	0	0	0	2	85	87	0	0	-1	0	-1	2	0	13	101
Santa Quitéria do Maranhão	0	0	0	0	0	0	0	36	1	0	1	0	0	50	87
Porto Franco	-4	-2	0	1	-13	-14	0	0	-2	87	85	-4	0	22	85
Riachão	-1	0	0	2	5	7	0	0	-3	53	50	0	0	28	84
Lago da Pedra	0	-2	0	0	1	-1	0	-4	-3	-1	-4	0	0	-23	-32
Bom Jesus das Selvas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	0	-43	-39
Rosário	-5	0	0	-4	-28	-32	0	-6	2	-2	0	1	0	0	-42
Vitorino Freire	0	0	0	0	0	0	0	-51	3	0	3	0	0	-1	-49
Santa Inês	0	0	0	-6	-2	-8	-2	1	-16	-6	-22	-10	-3	-15	-59
Bacabal	0	5	0	-23	-42	-60	-5	-5	-24	8	-16	15	0	-12	-83
Itinga do Maranhão	1	1	0	0	-5	-4	0	0	-8	2	-6	-5	0	-94	-108
Aldeias Altas	0	0	0	0	-105	-105	0	-14	1	0	1	0	0	0	-118
Caxias	0	0	0	2	2	4	-4	-95	-55	10	-45	12	0	-4	-132
Coelho Neto	0	0	0	0	2	2	0	-8	19	0	19	-9	0	-558	-554

Fonte: RAIS/M.T.E/CAGED

1 - Serviços Industriais de Utilidade Pública

Na Tabela 26 podemos avaliar a dinâmica do mercado formal de trabalho no âmbito dos municípios do Estado. Vemos ali os dez municípios com maiores contratações líquidas e os cinco municípios com as maiores demissões líquidas. A capital do Estado figurou como o principal município em termos de contratações líquidas, com a geração de 2.776 novos postos de trabalho, ou cerca de 40,4% das novas contratações no Estado. O destaque no caso de São Luis foram as contratações no segmento de serviços (1.054 novos postos de trabalho, principalmente nos segmentos de alojamento e alimentação e também nos serviços de transportes), além da construção civil (958) e comércio (831, no atacado e no varejo). O município de Estreito figura como o segundo maior no que se refere à criação de empregos formais, com cerca de 17,7% das novas contratações no Estado,

basicamente no segmento de construção civil (1.243 novas vagas, ligadas às obras da Hidrelétrica de Estreito). Em terceiro lugar temos Açailândia, com 10,64% das novas contratações, concentradas na Indústria (300 vagas, especialmente na metalurgia) e na construção civil (297).

O município de São Raimundo das Mangabeiras figura na quarta posição, a criação de 582 novos empregos formais na indústria de alimentos, enquanto que Balsas ocupa a quinta posição, com destaques para os segmentos de comércio (272) e agricultura (131) e São José de Ribamar ocupa o sexto lugar na geração de novos empregos formais no Estado, com destaque para a geração de vagas no segmento de serviços. Entre os demais municípios que figuram entre os quinze com maior geração de empregos líquidos no primeiro trimestre de 2010 destacamos a criação de vagas no setor agrícola em Urbano Santos (162) e em Campestre do Maranhão, (117), enquanto que no município de Governador Edson Lobão o destaque ficou por conta da criação de vagas no segmento industrial (87). Já o segmento de Serviços foi o destaque na criação de empregos formais no primeiro trimestre de 2010 em Imperatriz (184) e São José de Ribamar (168), enquanto que o setor do comércio destacou-se nos municípios de Porto Franco (85) e Tasso Fragoso (78) e Timon destacou-se na geração de empregos no segmento de construção civil (106).

No que se refere aos municípios com redução líquida de vagas de emprego formal no primeiro trimestre de 2010, os destaques ficam por conta de Coelho Neto, com o fechamento de 558 vagas no setor agrícola, seguido por Caxias (-132, principalmente no segmento de construção civil), Aldeias Altas (-118, destaque para o segmento sucroalcooleiro), Itinga do Maranhão (-108, concentrados no setor agrícola), enquanto que em Santa Inês (-59) a perda de empregos foi observada principalmente no segmento do comércio.

3.2.2 Indicadores Gerais do Mercado de Trabalho Maranhense

Nossas estimativas para os números globais do mercado de trabalho no Maranhão (**Tabela 27**) indicam que não obstante o forte acúmulo de demissões enfrentado pelo Estado no interregno out08 a jun09, a massa de rendimentos reais continuou se expandindo. A taxa de desemprego, entretanto, registrou uma inflexão em relação à trajetória de rápida redução que vinha registrando desde 2006.

Tabela 27
Maranhão - Evolução dos Indicadores do Mercado de Trabalho 2002 a 2008

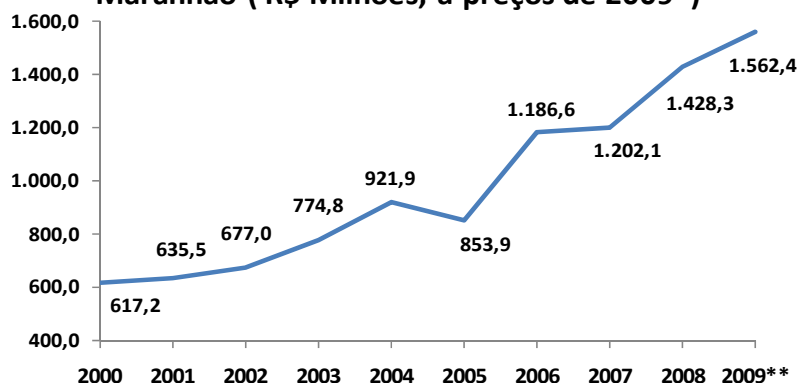
Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002 a 2008 (% a.a.)
População	5.859	5.940	6.022	6.103	6.185	6.119	6.182	0,90
População em Idade não Ativa (PINA)	892	912	943	937	973	1.303	1.316	6,71
População em Idade Ativa (PIA)	4.967	5.028	5.079	5.166	5.212	4.816	4.865	-0,34
População Economicamente Inativa (PEI)	2.188	2.196	2.139	2.093	2.218	1.694	1.881	-2,49
Taxa de atividade	55,95	56,32	57,89	59,49	57,44	64,83	61,33	1,54
População Economicamente Ativa (PEA)	2.779	2.832	2.940	3.073	2.994	3.122	2.984	1,19
PEA Urbana	1.686	1.789	1.898	1.900	1.917	2.017	2.026	3,11
PEA Rural	1.093	1.043	1.042	1.173	1.077	1.105	957	-2,19
População Ocupada	2.632	2.666	2.744	2.882	2.784	2.921	2.823	1,17
População Ocupada Urbana	1.553	1.630	1.726	1.732	1.733	1.836	1.887	3,30
População Ocupada Rural	1.079	1.036	1.018	1.150	1.050	1.086	936	-2,34
Valor do rendimento médio mensal¹	259,00	294,00	339,00	300,00	430,00	415,00	506,00	11,81
Massa de Rendimentos (R\$/mês)²	681.688	783.804	930.216	864.600	1.197.120	1.212.215	1.428.438	13,12
População Desempregada	147	166	196	191	210	201	161	1,53
População Desempregada Urbana	133	159	172	168	184	181	139	0,74
População Desempregada Rural	14	7	24	23	27	19	21	6,99
Taxa de Ocupação	94,7	94,1	93,3	93,8	93,0	93,6	94,6	-0,02
Taxa de Ocupação Urbana	92,1	91,1	90,9	91,2	90,4	91,0	93,1	0,19
Taxa de Ocupação Rural	98,7	99,3	97,7	98,0	97,5	98,3	97,8	-0,15

Fonte: IBGE - PNAD (2000 a 2006; 2007 e 2008: projeção IMESC)

(1) Valor do Rendimento Médio Mensal projetado com base na População ocupada * valor do ano anterior * 1,116 (crescimento de 6% em termos reais para 2007 e de 4% em termos reais para 2008); (2) Massa de rendimentos em valores constantes; Valor de 2002 inflacionado com base no INPC acumulado até Junho de 2008.

Gráfico 17

Massa de Rendimentos Anuais no Estado do Maranhão (R\$ Milhões, a preços de 2009*)



Fonte: IBGE

Fonte: PNAD; Dados 2009: projeções com base em projeções realizadas pelo IMESC

A massa de rendimentos da população ocupada deverá registrar uma expansão de 9,4% em termos reais em 2009, malgrado a elevação da taxa de desemprego (Gráfico 17). No período 2000 a 2009 a taxa de expansão média real foi de 10,5% ao ano.

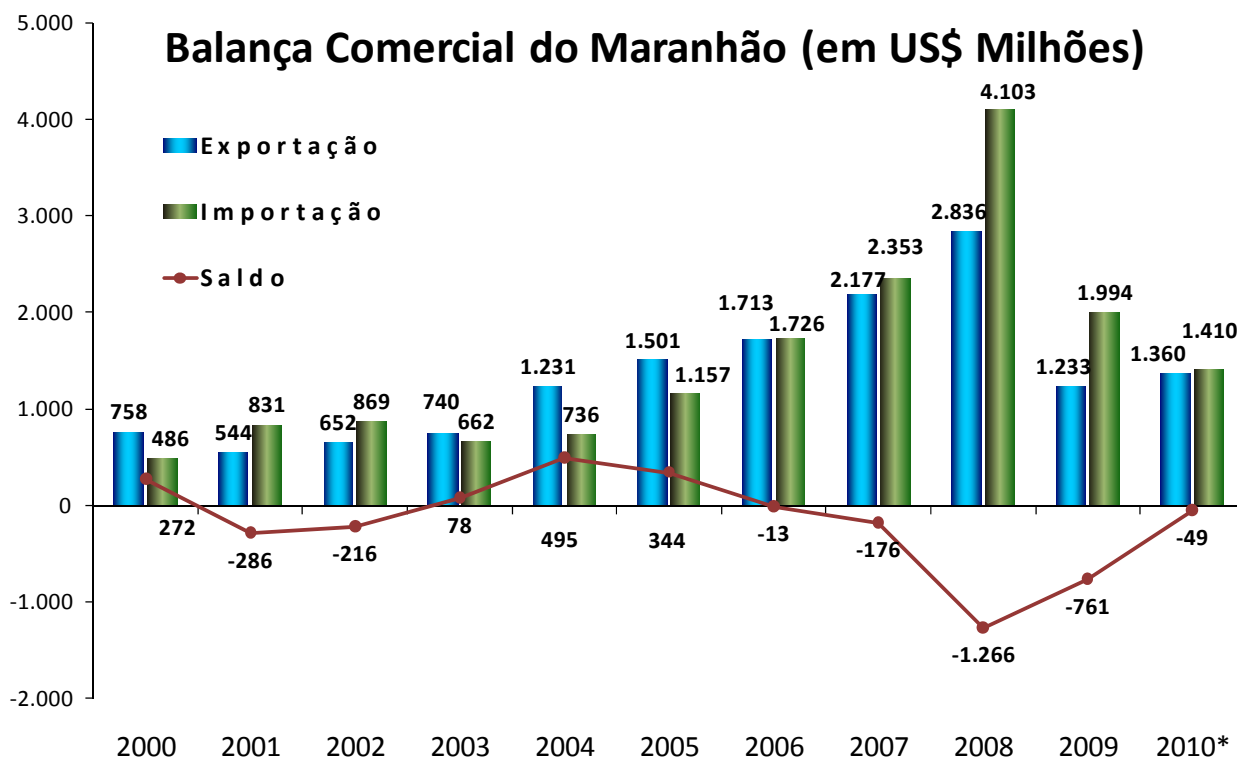
3.3 Comércio Exterior

3.3.1 Balança Comercial

A crise financeira mundial veio interromper um período de rápido crescimento do comércio exterior maranhense. Vemos no Gráfico 18 que o breve ciclo de superávits na Balança Comercial do Estado, entre os anos de 2003 e 2005, possibilitado pela elevação dos preços das *commodities* de exportação, foi sucedido por uma verdadeira explosão das importações, entre 2006 e 2009, relacionada à forte ampliação das quantidades e preços de combustíveis (que perfizeram 78,5% em média do valor das importações maranhenses naquele quadriênio).

Gráfico 18

Balança Comercial do Maranhão (em US\$ Milhões)



Fonte: MICT *Até Abr/10

Tabela 28

Evolução da Corrente de Comércio Exterior do Estado do Maranhão

Ano	Exportação	% a.a.	Importação	% a.a.	Corrente de comércio	% a.a.
2000	758.245	14,4	486.257	32,5	1.244.502	20,8
2001	544.348	-28,2	830.524	70,8	1.374.872	10,5
2002	652.387	19,8	868.611	4,6	1.520.998	10,6
2003	739.802	13,4	661.799	-23,8	1.401.601	-7,8
2004	1.231.094	66,4	735.732	11,2	1.966.826	40,3
2005	1.501.053	21,9	1.156.716	57,2	2.657.769	35,1
2006	1.712.702	14,1	1.725.869	49,2	3.438.571	29,4
2007	2.177.155	27,1	2.353.140	36,3	4.530.295	31,7
2008	2.836.303	30,3	4.102.751	74,4	6.939.054	53,2
2009	1.232.814	-56,5	1.993.739	-51,4	3.226.553	-53,5
2009*	386.852	-	251.635	-	638.487	-
2010*	838.133	116,7	794.921	215,9	1.633.054	155,8
Média 00-08	1.350.343	19,9	1.435.711	34,7	2.786.054	24,9
Média 00-09	1.338.590	12,3	1.491.514	26,1	2.830.104	17,0
1º tri/09 sobre 1º tri/10	116,7	-	215,9	-	155,8	-

Fonte: MICT *1º Trimestre

Uma análise da evolução da corrente de comércio (volume de exportações + importações) mostra que esta registrou uma expansão de 24,9% ao ano, em média, no período 2000 a 2008. Em 2009, sob os efeitos da crise financeira mundial, houve uma redução de aproximadamente 53,5% da corrente de comércio (rebaixando aquela média para 17,0%), resultante de reduções significativas tanto das exportações (-56,5%) como das importações (-6,5%).

O primeiro trimestre de 2010 mostra sinais de recuperação. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado houve crescimento de 155,8% (116,7% de crescimento das exportações e 215,9% das importações) (Tabela 28).

3.3.2 Exportações

Do ponto de vista das exportações a Balança Comercial maranhense mostra-se bastante concentrada em três produtos: soja, ferro e alumínio, que perfizeram em média 95,5% do valor e 98,1% da quantidade total das exportações no período compreendido entre 2008 e 2010. A expansão do peso das exportações de soja na balança comercial do Estado em 2009 deveu-se mais à redução conjuntural do *quantum* e dos preços do minério de ferro e derivados do que à expansão do volume exportado de soja. O primeiro trimestre de 2010 apresenta uma notável recuperação do valor e da quantidade das exportações (comparado com o mesmo período de 2009) (Tabela 29). O complexo ferro é o maior responsável por essa retomada (o *minério de ferro não aglomerado* correspondeu a 65,9% do valor total e a 94,5% da quantidade total exportada pelo Estado no período).

Tabela 29

Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$) e Quantidade (Kg) - Total em Milhões e Participação no Total em %

Categoria de Produtos	2007		2008		2009		2009 - 1ºTri		2010 - 1ºTri		Cresc 08/07		Cresc 09/08		Cresc 10/09	
	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg
Total	2.177	10.658	2.836	10.001	1.233	3.378	387	1.058	838	12.747	30,3	-6,2	-56,5	-66,2	116,7	1.105,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0						
Complexo ferro	46,12	83,41	52,31	81,44	32,31	48,12	62,84	81,69	74,26	96,40	47,8	-8,4	-73,1	-80,0	156,0	1.322,1
Complexo alumínio	39,37	6,99	29,81	8,05	31,03	21,12	32,65	15,99	20,91	3,16	-1,4	8,2	-54,7	-11,4	38,8	137,7
Complexo Soja	12,25	9,06	15,11	9,27	30,82	27,29	-	-	-	-	60,6	-4,0	-11,3	-0,5	-	-
Combustíveis e Lubrif.	0,64	0,33	0,59	0,30	1,28	1,21	0,96	1,11	0,39	0,05	21,2	-14,2	-5,8	36,9	-12,0	-41,8
Complexo madeiras	0,51	0,12	0,30	0,08	0,06	0,02	0,05	0,02	-	-	-21,7	-35,0	-91,8	-91,1	-77,5	-84,2
Rutósídio	0,27	0,00	0,09	0,00	0,10	0,00	0,16	0,00	-	-	-57,3	-63,4	-51,5	-49,3	-	-
Complexo Couros	0,20	0,01	0,03	0,00	0,01	0,00	-	-	-	-	-76,9	-93,0	-86,4	-75,5	-	-
Complexo Etanol	0,08	0,03	0,17	0,07	0,39	0,21	-	-	-	-	193,3	93,6	-1,5	0,0	-	-
Complexo Babaçu	0,01	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	123,1	80,0	-49,6	-50,6	100,4	100,0
Outros	0,56	0,06	1,57	0,78	3,98	2,02	2,08	0,51	4,42	0,39	263,3	1.062,5	10,1	-12,9	361,5	815,0

Fonte: MICT

A vigorosa expansão da corrente de comércio exterior do Estado do Maranhão 2004-08 apoiou-se em grande parte no ciclo de elevação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais (Tabela 30). No primeiro trimestre de 2010 observamos uma recuperação considerável dos preços dos produtos da cadeia do alumínio e da soja, enquanto que o complexo ferro mostra uma pequena redução, mas compensada pela forte ampliação da quantidade exportada.

Tabela 30
Evolução dos Preços Médios das Principais *Commodities* de Exportação do Maranhão (US\$/Ton, 2001 a 2010)

Produto	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1ºtri/10	10/09 (var.%)
Ferro Fundido	96,7	102,8	123,0	182,4	254,2	254,8	311,9	492,4	394,0	328,0	-16,7
Minério de Ferro*	27,1	27,1	30,4	33,9	57,3	60,4	61,0	102,4	108,4	101,0	-6,9
Alumínio não Ligado (direita)	1.477,8	1.351,2	1.396,2	1.637,5	1.833,8	2.478,9	2.603,6	2.470,4	1.500,1	2.450,1	63,3
Ligas de Alumínio	1.586,9	1.468,3	1.513,9	1.754,0	1.900,3	2.487,7	2.708,9	2.761,4	1.862,8	2.359,9	26,7
Alumina Calcinada	177,8	152,5	166,9	200,0	235,4	301,8	322,7	329,4	222,9	275,4	23,5
Soja em Grãos e Triturada**	180,8	182,7	219,4	279,4	247,3	226,3	279,3	459,7	410,7	487,0	18,6

Fonte: SECEX/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

* O preço do Minério de Ferro para o ano de 2010 foi extraído da cotação do Index Mundi; **O preço da Soja para o ano de 2010 foi extraído da cotação do Agolink; Para os demais anos e produtos, os preços foram extraídos dos dados da Balança Comercial (MDIC) através do cálculo do Valor das exportações (US\$) dividido pelo Peso (Kg Líquido).

Tabela 31

Composição da Pauta de Exportações Maranhenses por Destino de 2001 a 2010* (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %)

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1º Tri/10
Total	544	652	740	1.231	1.501	1.713	2.177	2.836	1.233	838
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
China	3,7	2,6	3,1	5,3	13,4	13,3	15,2	16,8	16,7	36,4
EUA	27,1	25,8	25,3	31,5	29,8	27,3	22,6	27,2	23,6	10,6
Japão	1,9	2,0	3,3	0,9	1,6	2,1	5,1	7,1	1,6	8,1
Suíça	4,4	13,0	9,1	4,5	5,7	10,3	12,1	7,9	10,0	4,3
Canadá	0,1	0,1	0,7	2,8	3,1	2,3	0,3	0,5	3,5	4,1
Alemanha	0,1	0,1	0,0	1,2	1,8	0,1	0,0	0,2	1,1	4,1
Itália	0,1	0,0	0,3	1,8	5,0	1,8	2,1	2,0	1,0	3,9
França	0,1	3,2	4,6	2,7	0,7	0,4	1,4	1,6	1,9	3,5
Países Baixos	29,7	25,1	16,4	14,8	13,3	13,9	14,2	9,2	9,8	2,9
Reino Unido	0,7	1,1	1,0	0,0	1,1	0,1	1,1	1,2	0,0	2,9
Córea do Sul	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	1,3	0,5	2,0
Colômbia	0,0	0,0	0,0	0,4	0,7	3,6	3,3	2,4	3,2	1,9
México	0,0	0,3	0,2	3,0	1,1	1,2	1,5	2,0	1,6	1,8
Argentina	10,5	8,7	7,5	5,0	2,7	2,4	4,1	2,8	2,0	1,7
Camarões	0,0	0,0	0,0	0,2	2,9	1,5	2,5	2,3	1,4	1,2
Espanha	0,0	0,1	7,1	7,3	5,8	7,2	5,0	7,1	5,6	0,9
Demais Países	21,7	17,7	21,4	18,5	11,4	12,6	9,4	8,3	16,7	9,7
Por Blocos										
América do Norte	27,2	26,2	26,2	37,3	34,0	30,8	24,4	29,7	28,7	16,5
América do Sul	10,5	8,8	7,5	5,5	3,5	6,0	7,4	5,4	5,5	7,4
Europa	53,4	58,2	50,3	32,3	32,2	42,2	46,1	36,6	40,1	23,6
Ásia	7,5	5,2	7,3	12,5	15,8	16,3	21,1	25,4	19,8	49,1
Outros	1,4	1,7	8,7	12,5	14,5	4,8	1,0	2,9	6,1	3,5

FONTE: MICT *Até Mar/10

Uma análise da evolução da composição da pauta de exportações maranhenses por destino permite concluir que as exportações maranhenses mostraram sinais de diversificação na última década.

A China se destacou ao longo da década de 2000 como destino das exportações maranhenses: em 2001 abarcava 3,7% do total exportado, em 2009 aparece com 16,7% e no primeiro trimestre de 2010 chega a 36,4% (1º lugar). O desempenho da China somado aos desempenhos do Japão e da Coreia vem conferindo à Ásia um significativo peso nas exportações do Estado (ao final de 2009 a Ásia recebeu 19,8% das exportações do Maranhão, no 1º trimestre de 2010 o percentual foi de 49,9%).

A Europa, apesar de permanecer como o principal bloco de destino das exportações maranhenses até o final de 2009, registrou quedas, devido, principalmente, à perda de expressão da Holanda (Países Baixos), que ocupava a 2º posição entre 2001 a 2006, perdendo participação a partir de 2007, até chegar a 4º colocação em 2009 (e no 1º trimestre de 2010 aparece na 10ª posição). Ainda, apesar do arrefecimento da Holanda, outros países estão ganhando posições, dentre eles a Espanha, Itália e Alemanha. Na América do Sul, a Argentina destaca-se pelo contínuo decréscimo de sua participação da pauta de exportações maranhenses.

3.3.3 Importações

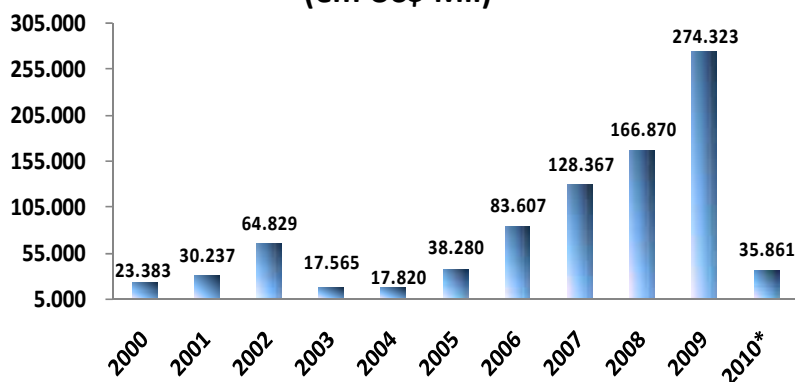
A **tabela 32** mostra o notável aumento de 215,9% das importações do Estado do Maranhão no primeiro trimestre de 2010 (comparado ao 1º trimestre de 2009). Esse desempenho deve-se principalmente à fraqueza da base de comparação de 2009 (queda de 51,4%, comparada com 2008). Os *combustíveis e Lubrificantes* retomaram sua participação na pauta de importação do Estado, alcançando uma participação superior aos percentuais verificados antes da crise internacional (86,7%); no primeiro trimestre de 2010 registraram um crescimento de 387,0% (contra o mesmo trimestre do ano anterior). As importações dos *bens de capital* também registraram aumento no trimestre (149,1%), porém reduziram sua participação na pauta (4,5% no 1º tri/10 contra 5,7% no 1º tri/09). Vale ressaltar aqui, o constante crescimento das importações dos *bens de capital* no Maranhão, que se expandem desde o ano de 2005. Os *bens de consumo não duráveis*, apesar de pouco expressivos na pauta de importações maranhenses, também vêm crescendo no ultimo triênio.

Tabela 32
Evolução da Pauta de Importações Maranhão 2007 a 2010* (Composição e Crescimento em US\$ Milhões e em %)

CATEGORIA	2007		2008		2009		1º Tri 2009		1º Tri 2010		Cresc 08/07	Cresc 09/08	*Cresc 10/09
	UU\$	%	UU\$	%	UU\$	%	UU\$	%	UU\$	%			
Total	2.353,1	100,0	4.102,8	100,0	1.993,7	100,0	251,6	100,0	794,9	100,0	74,4	-51,4	215,9
Bens de Capital	128,4	5,5	166,9	4,1	274,3	13,8	14,4	5,7	35,9	4,5	30,0	64,4	149,1
Bens de Capital (Exc. Equip.de Transp. Uso Ind.)	86,4	3,7	82,3	2,0	215,4	10,8	14,2	5,7	17,9	2,3	-4,8	161,9	25,9
Equipamentos de Transporte de Uso Ind.	41,9	1,8	84,6	2,1	58,9	3,0	0,2	0,1	18,0	2,3	101,7	-30,3	9.614,0
Bens Intermediários	283,1	12,0	530,8	12,9	366,1	18,4	87,6	34,8	59,7	7,5	87,5	-31,0	-31,9
Alimentos e Bebidas Destinados à Industria	26,6	1,1	30,1	0,7	26,0	1,3	4,0	1,6	4,9	0,6	13,5	-13,9	23,3
Insumos Industriais	251,5	10,7	492,4	12,0	335,8	16,8	81,9	32,6	53,9	6,8	95,8	-31,8	-34,2
Pecas e Acess. Equip. de Transporte	5,0	0,2	8,3	0,2	4,4	0,2	1,7	0,7	0,8	0,1	65,4	-47,5	-52,5
Bens de Consumo	1,0	0,0	15,0	0,4	32,9	1,7	8,1	3,2	10,2	1,3	1.426,8	118,5	25,9
Bens de Consumo Duráveis	0,1	0,0	2,2	0,1	1,5	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	1.440,5	-34,1	-44,1
Bens de Consumo Não Duráveis	0,8	0,0	12,8	0,3	31,4	1,6	8,0	3,2	10,1	1,3	1.424,5	144,8	26,7
Combustíveis e Lubrificantes	1.940,7	82,5	3.390,0	82,6	1.320,5	66,2	141,5	56,3	689,2	86,7	74,7	-61,0	387,0

Fonte: MICT *Primeiro trimestre

Gráfico 19
Importação de Bens de Capital - 2000 a 2010*
(em US\$ Mil)



Fonte: SECEX/MDIC *Mar/10

A participação dos bens de capital na pauta de importações maranhense cresce expressivamente desde 2005, registrando uma taxa de média de expansão de 63,6% ao ano no período de 2005 a 2009. O ano de 2009 destaca-se nessa série pelo notável crescimento de 64,4% em relação ao ano de 2008 (**Gráfico 19**).

No que se refere aos países de origem das importações maranhenses, podemos dizer que no período 2005 a 2009 ocorreu uma diversificação e aumento de importância dos países do sudeste da Ásia (China, Taiwan e Coréia). No primeiro trimestre de 2010 os principais países de origem das importações maranhenses foram: EUA, Índia e Coréia do Sul (**Tabela 33**). Os EUA foram responsáveis por 36,1% das importações maranhenses, enquanto que Índia foi responsável por 12,2% e a Coréia do Sul despontou em terceiro lugar, com 11,2% das importações totais do Estado.

Tabela 33

Composição da Pauta de Importações do Maranhão por Origem de 2005 a 2010* (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	1ºTri/10
Total	1.157	1.726	2.353	4.103	1.994	795
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 EUA	16,9	17,6	11,8	18,3	14,5	36,1
2 Índia	41,2	28,4	22,7	24,1	21,6	12,2
3 Coréia do Sul	-	3,0	-	3,0	10,1	11,2
4 Reino Unido	-	-	2,7	2,0	6,1	3,9
5 Canadá	0,6	0,8	1,8	0,1	-	3,8
6 Taiwan	-	2,1	-	5,0	7,6	3,6
7 Áustria	0,1	0,4	2,4	0,1	0,8	3,6
8 China	0,7	0,8	1,0	1,2	1,2	1,7
9 Israel	2,7	2,0	2,4	3,6	3,1	0,9
10 Colômbia	0,7	2,5	0,7	0,6	1,0	0,8
11 Argentina	0,8	0,7	0,7	0,6	2,9	0,4
12 Japão	0,2	2,1	0,3	0,4	3,7	0,1
13 Aruba	7,4	6,2	10,8	7,1	5,9	-
14 Países Baixos	0,2	2,8	6,7	3,7	2,4	-
Outros	28,6	30,7	36,2	30,2	19,1	21,7

FONTE: MICT * Até Mar/10

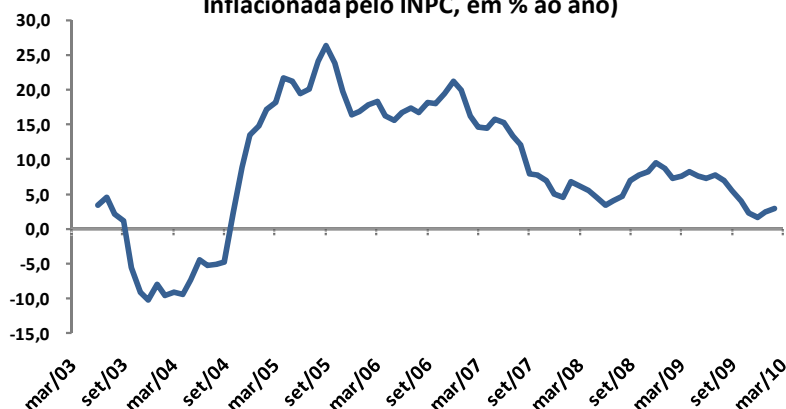
3.4 Finanças Públicas

3.4.1 Receitas

No **Gráfico 20** podemos ver a evolução da arrecadação de ICMS pelo Governo do Estado, cuja taxa de expansão acumulada em 12 meses acelerou-se fortemente no segundo semestre de 2004, como reflexo de mudanças na sistemática de arrecadação.

Gráfico 20

**Arrecadação de ICMS no Maranhão Mar03 a Mar10
(Taxa de Crescimento Real Acumulada em 12 meses
Inflacionada pelo INPC, em % ao ano)**



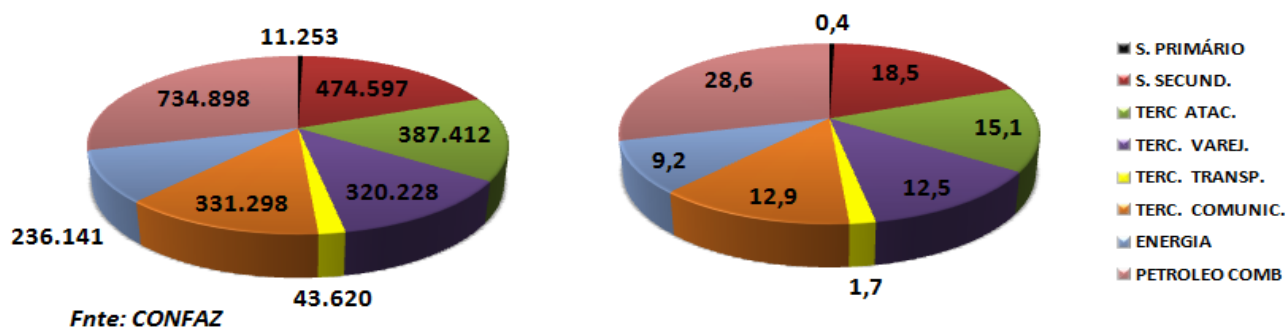
Fonte: CONFAZ

A recuperação da taxa de crescimento visualizada em 2008 foi revertida devido à desaceleração da economia do Estado em função da crise internacional. Ainda assim a arrecadação de ICMS no Estado cresceu 2,6% em termos reais em 2009 na comparação com o ano anterior. No início de 2010, com a retomada do dinamismo da economia do Estado a arrecadação do tributo no acumulado de 12 meses volta a crescer.

No **Gráfico 21** podemos ver a composição setorial das fontes de arrecadação de ICMS no Estado do Maranhão no período de 12 meses encerrado em março de 2010. O grau de concentração da estrutura é bem acentuado. O Setor Terciário responde por 43,2% (R\$ 1,11 bilhão) do total da arrecadação (R\$ 2,57 bilhões); em seguida, vem Combustíveis com 28,6% (R\$ 734,9 milhões); as atividades industriais correspondem a 18,5% (R\$ 734,9 milhões); a energia chega a 9,2% (236,1 milhões); o menos significativo é o setor primário, que perfaz apenas 0,4% (R\$ 11,6 milhões).

Gráfico 21

Composição Setorial da Arrecação do ICMS no Estado do Maranhão Abr/09 a Mar/10 (em R\$ Mil - Valores Inflacionados pelo INPC - e em %)



Já no que diz respeito aos tributos federais (Tabela 34), a vigorosa expansão de sua arrecadação no Estado no período 2004 a 2008 (+ 11,5% ao ano) foi liderada em termos absolutos e pela expansão da arrecadação da COFINS (+ 18,3% a.a.), embora também tenha sido importante a participação do Imposto sobre a Renda em suas várias modalidades (+20,2% a.a.), a contribuição para o PIS/PASEP (+16,3% a.a.) e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL, com +22,9% a.a.). O ano de 2009, entretanto, foi marcado por uma redução real na arrecadação de tributos no Estado da ordem de 14,2%, para o que contou predominantemente a queda na arrecadação da COFINS, de 21,2%, e do PIS/PASEP, de 18,4%. O primeiro trimestre de 2010 mostra forte reversão no quadro, com elevação da arrecadação de tributos federais no Estado de 62,2% em termos reais. Os destaques estão na arrecadação da COFINS (+95,3%) e na CIDE-Combustíveis, cuja arrecadação superou a do mesmo período de 2009 em mais de 15 vezes.

Tabela 34

Evolução da Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão 2004 a 2010 (R\$ Milhões, Inflacionados pelo IPCA Acumulado até Mar10 e em % a.a.)

Receita	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1o Tri 2009	1o Tri 2010	2004 a 2008	2009/ 2008	1o Tri 2010/ 1o Tri 2009
	(R\$ Milhões)								(% a.a.)		
Imposto Sobre Importação	34,2	41,0	38,1	63,0	65,2	59,8	17,9	9,1	17,5	-8,3	-49,3
Imposto Sobre Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	161,3	-64,5	2,3
IPI - Total	132,6	173,4	147,7	193,6	164,9	85,6	29,3	19,2	5,6	-48,1	-34,2
Imposto Sobre a Renda - Total	216,6	269,8	338,8	347,8	452,5	460,0	113,2	109,5	20,2	1,6	-3,2
IRPF	30,6	34,3	54,2	53,3	68,1	79,9	8,4	6,4	22,2	17,3	-23,0
IRPJ	80,3	111,8	138,5	134,3	202,4	204,3	56,3	53,5	26,0	1,0	-4,9
Imposto S/ Renda Retido Na Fonte	105,8	123,7	146,2	160,2	182,1	175,8	48,5	49,6	14,5	-3,5	2,1
Imposto S/ Operações Financeiras	4,0	1,0	2,2	1,2	2,2	1,7	0,5	0,3	-13,5	-24,9	-36,9
Imposto Territorial Rural	3,7	3,2	3,4	3,4	2,8	5,4	0,4	0,6	-6,6	90,9	36,3
COFINS	487,3	689,3	751,9	810,8	954,1	751,8	158,8	310,1	18,3	-21,2	95,3
Contribuição Para o PIS/PASEP	142,3	207,7	214,1	222,7	259,9	212,2	55,1	74,2	16,3	-18,4	34,8
CSLL	63,9	87,3	102,3	116,1	145,8	149,7	40,1	36,8	22,9	2,7	-8,2
Cide-Combustíveis	220,5	185,9	182,9	217,8	155,8	122,2	6,8	114,0	-8,3	-21,6	1.575,6
Contribuições Para o FUNDAF	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,6	0,1	0,2	-6,5	89,9	38,4
Outras Receitas Administradas	9,0	40,6	15,8	23,1	15,6	19,2	4,8	13,2	14,6	23,6	174,2
Receita Administrada Pela RFB	1.372,2	1.699,9	1.798,2	2.000,3	2.244,6	1.878,5	427,0	687,3	12,8	-15,6	60,9
Demais Receitas (Inclusive Taxas)	81,8	13,0	16,6	19,6	19,8	48,1	4,9	13,3	-29,9	142,9	172,8
Total Geral	1.454,0	1.713,0	1.814,7	2.019,9	2.244,4	1.926,6	431,9	700,6	11,5	-14,2	62,2

Fonte: Receita Federal e Ministério da Fazenda

No que se refere à composição das receitas do Governo do Estado, no período 2004-09 as receitas próprias foram responsáveis por apenas 41,6% das receitas totais, revelando um grau elevado de dependência financeira (Tabela 35). A expansão das receitas próprias no período em análise foi de 14,5% em termos reais (inflacionadas

pelo INPC), enquanto que as receitas totais se expandiram à taxa de 11,2% ao ano no mesmo período, o que indica um esforço, embora ainda modesto, para reversão da dependência financeira do Estado.

Tabela 35

Evolução das Receitas do Estado do Maranhão de 2004 a 2010 (Valores em R\$ Mil Inflacionados pelo INPC Acumulado até Jan/10)

Ano	Receitas Totais	Receitas Correntes	Receitas Próprias	ICMS	Transf. Correntes	Transf. de Capital	(%) Rec. Próprias/ Rec. Totais	(%) ICMS/ Receitas Próprias
2004	4.744.491	5.240.930	1.738.395	1.583.736	2.982.532	23.564	36,6	91,1
2005	5.548.695	6.151.198	2.032.205	1.841.879	3.499.192	17.298	36,6	90,6
2006	7.049.128	7.002.558	3.307.087	2.227.324	3.711.507	30.534	46,9	67,4
2007	7.659.873	7.634.035	3.574.973	2.324.391	4.076.731	8.170	46,7	65,0
2008	7.779.559	7.706.263	3.122.700	2.405.165	4.664.219	12.586	40,1	77,0
2009	8.076.132	7.654.616	3.417.882	2.466.971	4.529.580	128.669	42,3	72,2
jan/09	656.089	655.284	267.759	224.532	387.629	701	40,8	83,9
jan/10	644.611	644.230	299.499	241.715	344.852	260	46,5	80,7
% ao ano								
2004-2009	11,2	7,9	14,5	9,3	8,7	40,4	41,6*	77,2*
2009 sobre 2008	3,8	-0,7	9,5	2,6	-2,9	922,3	5,4	-6,3
Jan/10 sobre jan/09	-1,7	-1,7	11,9	7,7	-11,0	-62,9	13,8	-3,8

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da fazenda.

* Média do período 2004-09.

Em 2009, diante da queda de 2,9% em termos reais nas transferências correntes para o Estado, a elevação das receitas próprias em 9,5%, somada a forte elevação nas transferências de capital, possibilitou uma expansão de 3,8% em termos reais nas receitas totais.

A importância do ICMS nas receitas próprias do Estado é extremamente elevada no caso do Maranhão - este tributo foi responsável por 77,2% das receitas próprias do Estado no período 2004-09 – embora haja sinais de que está havendo uma diversificação das bases tributárias do Estado desde 2006.

Na Tabela 36 podemos ver a evolução das transferências constitucionais Federais para o Governo do Estado do Maranhão, atualizadas até o primeiro trimestre de 2010. No período de 2004 a 2008 registraram um crescimento real médio de 12,8% ao ano, sustentado pelo dinamismo na transferência dos recursos do Fundo de Participação do Municípios (FPE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Tabela 36

Transferências Constitucionais para o Governo do Estado do Maranhão jan04 a mar10 (R\$ Mil*)

Ano	FPE	IPI-EXP	FUNDEB/ FUNDEF**	LC 87/96	Outros	Total
2004	1.942.428,0	22.838,8	267.533,2	48.120,6	71.443,3	2.352.363,9
2005	2.296.395,1	24.577,7	258.894,0	45.495,2	98.856,4	2.724.218,4
2006	2.462.233,4	29.852,5	224.726,6	25.237,3	123.340,1	2.865.389,9
2007	2.685.789,1	32.380,8	434.946,2	23.710,1	109.169,5	3.285.995,8
2008	3.022.598,7	37.865,7	616.977,7	21.863,6	111.323,9	3.810.629,6
2009	2.715.231,4	24.273,9	780.079,1	20.409,4	54.064,1	3.594.057,9
1º tri/09	687.493,4	6.120,4	144.555,1	5.183,0	6.621,2	849.973,1
1º tri/10	658.296,6	6.768,9	159.197,0	4.945,3	10.489,7	839.697,4
04 a 08	11,7	13,5	23,2	-17,9	11,7	12,8
08 sobre 07	12,5	16,9	41,9	-7,8	2,0	16,0
09 sobre 08	-10,2	-35,9	26,4	-6,7	-51,4	-5,7
1º tri10 sobre 1º tri09	-4,2	10,6	10,1	-4,6	58,4	-1,2

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Maranhão

*Inflacionados pelo INPC de mar10; **A partir de jan/07 o FUNDEF tornou-se FUNDEB.

Em 2009, a retração das transferências do FPE (-10,2%) e do IPI-EXP (-35,9%) foi parcialmente compensada pela elevação nas transferências do FUNDEB (+26,4%), resultando em uma queda real no total das transferências constitucionais para o governo do Estado de 5,7%.

3.4.2 Despesas

No que diz respeito à evolução das despesas do Governo do Estado nos anos recentes, algumas tendências ressaltam dos indicadores disponíveis (**Tabela 37**).

Em primeiro lugar, do ponto de vista da estrutura dos gastos, a elevada participação da Despesa Corrente (cerca de 81,3% das despesas no período 2004-08) vis a vis as Despesas de Capital (18,7% do total no mesmo período), mostrando uma diminuta disponibilidade de recursos para investimentos e amortização de dívidas no Estado. Em segundo lugar, ressalta-se que as despesas com pessoal, se considerados os gastos com a rubrica “Outros Serviços de Terceiros”, exibiu uma taxa de crescimento real de 9,5% no período 2004-08, abaixo da taxa de expansão das despesas correntes (10,3% a.a.).

Tabela 37

Governo do Estado do Maranhão - Evolução da Despesa por Categorias de Gastos (R\$ Milhões a Preços de Jan/10, Crescimento e % do Total)

Categoria de Despesa	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009**	2010**	Taxa média de cresc. 04 a 09 (% a.a.)	Composição média de 02 a 08 (%)	Taxa de cresc. 08 a 09	Taxa de cresc. ** 09 a 10	Composição 2009 (%)
Despesa Total	4.206	4.204	5.925	6.224	6.708	7.552	349	359	12,4	100,0%	12,6	3,0	100,0%
Despesa Corrente	3.622	3.459	4.871	5.164	5.505	5.904	315	334	10,3	81,3%	7,3	5,9	78,2%
Pessoal + Encargos Sociais	2.091	1.738	2.684	2.856	2.748	3.034	189	193	7,7	42,7%	10,4	2,4	40,2%
Pessoal Ativo	1.381	1.505	1.821	1.981	2.056	2.336	155	155	11,1	31,7%	13,6	0,1	30,9%
Outros Serviços de Terceiros - PJ e FF	433	465	592	678	801	931	9	11	16,6	11,3%	16,2	17,3	12,3%
Encargos	411	220	266	235	99	56	1	0	-32,8	2,9%	-42,8	-92,6	0,7%
Inativos + Pensionistas	300	13	597	640	594	642	33	38	16,4	8,1%	8,2	15,5	8,5%
Transferências aos Municípios	447	579	751	727	865	813	70	70	12,7	12,2%	-5,9	0,0	10,8%
Transferências a Inst.Privadas	89	103	160	154	203	231	0	6	21,0	2,8%	13,7	-	3,1%
Juros e Encargos	254	267	324	359	428	458	38	46	12,5	6,0%	6,9	-	6,1%
Despesas de Capital	584	745	1.054	1.060	1.203	1.648	34	25	23,1	18,7%	36,9	-24,8	21,8%
Investimentos	265	413	722	736	856	1.275	0	0	36,9	13,1%	49,0	-	16,9%
Transferências de Capital	82	453	669	511	470	767	0	0	56,5	9,4%	63,4	-	10,2%
Transferências a Municípios	52	425	624	448	387	753	0	0	70	8,6%	94,5	-	10,0%
Outras Transferências	29	28	45	63	83	14	0	0	-13	0,8%	-82,5	-	0,2%
Amortizações	314	329	325	313	321	319	34	25	0,3	5,2%	-0,6	-24,8	4,2%
Juros e Encargos da Dív + Amortizações	568	596	649	672	749	777	72	71	6,5	11,2%	3,7	-0,9	10,3%

Fonte: Portal da Transparência do Estado do MA; (*) Preços dos anos anteriores inflacionados com base no INPC. (**) - Dados de Janeiro.

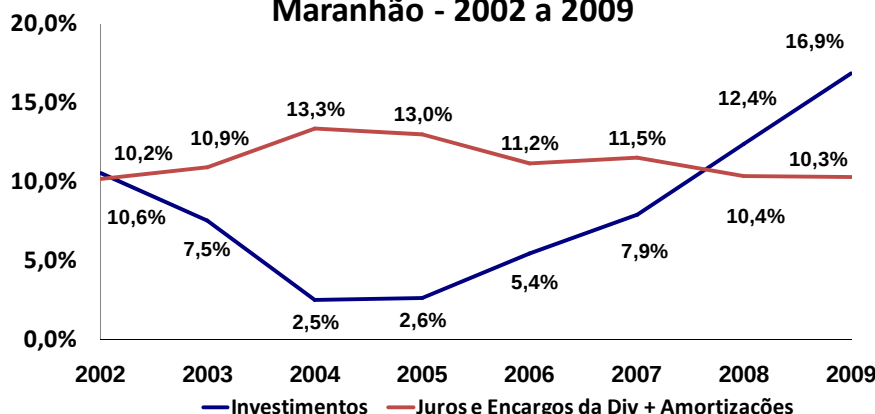
Em terceiro lugar, uma análise da **Tabela 37** indica também que os gastos com juros e encargos da dívida do Estado mostraram estabilidade em torno de 6,0% do total das despesas totais no período 2004 a 2009. A taxa média de crescimento no período 2004-09 foi de 12,5%, em linha com a taxa média de expansão das despesas (12,4%). Já as amortizações, por sua vez, incluídas como despesa de Capital, têm mostrado redução desde 2004, atingindo o patamar de 4,2% do total das despesas em 2009.

O ano de 2009 revela uma dinâmica bastante distinta dos anos anteriores, certamente um resultado do enfrentamento dos efeitos da crise financeira internacional e também como reflexo da mudança de governo ocorrida ainda no primeiro semestre do ano. O resultado mais importante foi a redução do peso das despesas correntes em favor da ampliação da participação das despesas de capital.

No **Gráfico 22** vemos que a somatória das Despesas com Juros e Encargos e as Amortizações da Dívida, cuja participação média nas despesas no período de 2002-08 foi de 11,2% do total das despesas, registrou um recuo significativo em 2009 (10,3%), provavelmente como reflexo da redução da taxa de inflação medida pelo IGP-DI e dos juros básicos da economia, os principais indexadores das dívidas estaduais.

Gráfico 22

Investimentos e Serviço da Dívida como % das Despesas Totais Governo do Estado do Maranhão - 2002 a 2009



Fonte: Portal da Transparência do Estado do MA

A melhor notícia, entretanto, é que houve em 2009, não obstante a redução nas receitas próprias observada, uma expressiva elevação nos gastos com investimentos, confirmando uma tendência que se iniciou ainda meados da década. Os dados do Tesouro Nacional apontam que o patamar dos gastos com a formação bruta de capital fixo passou de 12,4% (em 2008) para 16,9% das despesas totais em 2009 (Gráfico 22).

Tabela 38

Evolução dos Indicadores da Dívida do Governo do Estado do Maranhão 2004 a 2009 (R\$ Mil e % da Receita Corrente Líquida)

Especificação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Consolidada - DC (I)	5.840.375	5.855.430	5.803.456	5.594.348	5.659.049	5.334.673
Dívida Contratual	5.694.862	5.577.390	5.480.801	5.331.146	5.419.565	5.143.020
Deduções (II)*	698.859	1.505.698	749.165	1.114.509	1.283.135	1.230.858
Dív. Consolid. Líquida - DCL (I-II)	5.141.516	4.349.732	5.054.291	4.479.838	4.375.914	4.103.815
Receita Corrente Líquida - RCL	2.950.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.417
% da DC sobre a RCL	1,98	1,58	1,32	1,14	0,97	0,89
% da DCL sobre a RCL	1,74	1,18	1,15	0,91	0,75	0,69
Limite Definido por Resolução do Senado Federal (= 200% da RCL)	5.901.672	7.400.854	8.779.900	9.800.478	11.673.851	11.942.834
Juros + Encargos da Dívida	198.210	220.099	275.124	321.132	407.813	450.041
Juros + Encargos da Dívida (% DC)	3,39	3,76	4,74	5,74	7,21	8,44
Amortizações	244.854	271.419	272.898	279.196	305.409	369.159
Amortizações (% DC)	4,19	4,64	4,70	4,99	5,40	6,92

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

* Deduções são a soma da disponibilidade de caixa, aplicações financeiras e demais haveres financeiros.

Na Tabela 38 mostramos a evolução dos indicadores de endividamento do Estado entre 2004 e 2009. O cumprimento de um pesado esquema de amortizações levou a uma redução absoluta do endividamento do Estado no período. Medido contra a Receita Corrente Líquida, o endividamento do Estado reduziu-se do patamar de 1,74 vezes para os atuais 0,69, um patamar bastante confortável em relação ao limite colocado pela Lei de responsabilidade fiscal (2,0). Observados os custos efetivos relativos aos pagamentos dos juros mais encargos da dívida e do pagamento de amortizações, os mesmos cresceram fortemente no período. No caso das amortizações o crescimento foi de 4,19% a.a. em 2004 para 6,92% a.a. em 2009. No caso dos juros e encargos, a elevação foi maior: passou de 3,39% a.a. em 2004 para 8,44% em 2009.

3.4.3 Receitas Municipais

Uma análise das informações relacionadas às receitas dos municípios maranhenses no período 2004-09 (Tabela 39) revela um acentuado grau de dependência financeira dos municípios maranhenses.

Tabela 39

Receitas Próprias, Transferências Constitucionais Federais Selecionadas e Transferências Estaduais para os Municípios Maranhenses 2004 a 2009 (R\$ Mil a Preços de 2009)*

Ano	Receitas Totais	Receitas Próprias **	Transferências para os Municípios do MA	Transferências Constitucionais***			Transferências Federais		Transferências Estaduais para os Municípios do MA	(%) Receitas Próprias/ Receitas Totais
				FPM	FUNDEF/ FUNDEB	Outras Transferências Constitucionais para os Mun. do MA	Federais Voluntárias para os Municípios do MA			
2004	2.936.462	351.760	2.584.702	1.131.055	897.010	42.284	150.968		440.762	12,0
2005	3.395.737	431.232	2.964.505	1.353.821	969.564	50.366	116.843		562.245	12,7
2006	3.758.263	514.348	3.243.915	1.472.090	993.672	51.867	120.948		698.522	13,7
2007	4.665.091	634.864	4.030.227	1.644.842	1.540.760	46.622	225.637		720.860	13,6
2008	5.256.862	719.576	4.537.285	1.925.596	1.815.820	46.604	62.848		856.462	13,7
2009	5.199.310	808.568	4.390.743	1.725.858	2.033.521	27.028	136.478		846.634	15,6
Taxa Média geométrica de Crescimento (% a.a)										Média
2004-2008	15,7	19,6	15,1	14,2	19,3	2,5	-19,7		18,1	13,1
2008-2009	-1,1	12,4	-3,2	-10,4	12,0	-42,0	117,2		-1,1	14,6

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da fazenda; Valores inflacionados pelo INPC acumulado até Out09.

* Valores corrigidos pelo INPC acumulado até Dez/09; ** Dados do FINBRA -STN até 2007 (2008 projeção); ***Não incluem dispêndios do Bolsa Família.

O indicador receitas Próprias/ Receitas Totais registrou a média de 13,1% no período 2004-08, um dos menores patamares entre os estados brasileiros. Ainda, assim, o crescimento das receitas próprias municipais à taxa média real de 19,6% no período 2004 a 2008 (contra a expansão de 15,1% nas transferências) levou a uma diminuição, ainda que pequena na dependência financeira dos municípios maranhenses. Em 2009, em função de uma queda nas transferências de 3,2% em termos reais, a elevação nas receitas próprias (12,4%) levou a um incremento no indicador receitas Próprias/ Receitas Totais para 15,6%.

No que se refere à evolução recente das transferências constitucionais federais aos municípios do Maranhão, os dados da **Tabela 40** mostram que o FUNDEB vem sendo a principal fonte no incremento das transferências federais para o Estado. No período 2004 a 2008 esta modalidade de transferência vinculada ao custeio da Educação se elevou 19,3% ao ano em termos reais, comparada ao crescimento de 14,2% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). As transferências relacionadas ao ressarcimento da isenção sobre as exportações de produtos básicos e semimanufaturados (LC 87/96) decaem ano a ano, não obstante o crescimento do valor exportado desses produtos pelo Estado.

Tabela 40

Transferências Constitucionais para os Municípios do Maranhão jan04 a mar10 (R\$ Mil Inflacionados pelo INPC de março de 2010)

Ano	FPM	ITR	FUNDEF/ FUNDEF*	LC 87/96	Outros	Total
2004	1.131.055,1	2.449,7	897.009,8	16.040,2	23.794,3	2.070.349,2
2005	1.353.821,4	2.239,5	969.564,4	15.165,1	32.961,1	2.373.751,4
2006	1.472.090,0	2.320,8	993.672,4	8.412,4	41.133,2	2.517.628,8
2007	1.644.842,3	2.308,3	1.540.760,5	7.903,4	36.410,0	3.232.224,5
2008	1.925.596,5	2.180,6	1.815.819,7	7.287,9	37.135,7	3.788.020,4
2009	1.725.857,7	2.193,2	2.033.521,2	6.803,1	18.032,0	3.786.407,3
1º tri/09	414.446,1	198,7	414.092,9	1.727,7	2.214,6	832.679,9
1º tri/10	397.703,4	377,6	436.377,4	1.648,4	3.496,7	839.603,5
04 a 08	14,2	-2,9	19,3	-17,9	11,8	16,3
08 sobre 07	17,1	-5,5	17,9	-7,8	2,0	17,2
09 sobre 08	-10,4	0,6	12,0	-6,7	-51,4	-0,0
1ºtri10 sobre 1ºtri09	-4,0	90,1	5,4	-4,6	57,9	0,8

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Maranhão

*A partir de jan/07 o FUNDEF tornou-se FUNDEB

Em 2009, a redução em termos reais das transferências do FPM (-10,4%) foi plenamente compensada pela expansão das transferências do FUNDEB (+12,0%).

3.4.4 Dados do Programa Bolsa Família no Maranhão

A **Tabela 41** abaixo mostra dados relacionados ao Programa Bolsa Família (PBF) no Maranhão. Trata-se de um programa de grande abrangência, que atingiu em abril de 2010 cerca de 872,7 mil famílias, portanto mais de 50% dos domicílios maranhenses. Estimativas recentes apontam que o PBF é responsável hoje pelo desembolso de cerca de R\$ 1,1 bilhão, cerca de 2,3% do PIB do Estado.

Tabela 41

Abraçência do Programa Bolsa Família: Indicadores de Público-Alvo (2008-2010) e Benefícios Concedidos (Abril de 2010)

Universo	Indicador	Brasil	Maranhão	São Luís	Ano-base	MA/BR	SL/MA
População Total	Contagem da população (IBGE)	189.604.313	6.305.539	986.826	2008	3,3	15,7
Estimativas Famílias Pobres	Perfil do Bolsa Família (PNAD 2006)	12.995.195	833.084	98.644	2008	6,4	11,8
Estimativas Famílias Pobres	Perfil do Cadastro Único (PNAD 2006)	22.231.781	1.118.581	145.338	2008	5,0	13,0
Cadastro Único							
Total de Famílias Cadastradas	Total de Famílias Cadastradas	19.653.677	1.124.398	107.701	fev/10	5,7	9,6
Total de Famílias Cadastradas	Perfil do Bolsa Família*	15.729.878	1.013.941	96.787	fev/10	6,4	9,5
Total de Famílias Cadastradas	Cadastro Único**	18.413.276	1.085.065	106.437	fev/10	5,9	9,8
Benefícios							
Número de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família***		11.925.253	872.690	80.003	abr/10	7,3	9,2

Fonte: MDS

* Famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00.

** O CadÚnico é o instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, aquelas com renda familiar *per capita* mensal inferior ou igual a um salário mínimo - R\$ 232,50 (meio salário mínimo em 2008). Dessa forma, o número de famílias cadastradas no CadÚnico é maior que a quantidade de famílias beneficiadas pelo PBF.

*** Contemplam os benefícios liberados e bloqueados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.